



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

1.1. **Número do Processo:** 0009.004523/2024-21.

1.2. **Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia - DER-RO.

**2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP**

2.1. A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

2.2. O Estudo Técnico Preliminar, em obediência ao Inciso I, Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 28.874/2024 de 28 de janeiro de 2024, regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, tem por objetivo planejar, descrever e analisar a necessidade, interesse público, evidenciar o problema a ser resolvido e sua melhor solução demonstrando a viabilidade técnica e econômica para contratação, fornecendo subsídios para elaboração do Projeto Básico e/ou Termo de Referência caso se conclua pela sua viabilidade.

2.3. O objeto do estudo é a análise da viabilidade do Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de construção civil (Básico, Elétrico, Hidrossanitário e Cabeamento Estruturado) destinados à execução direta de serviços comuns de engenharia, visando atender às demandas das residências regionais e usinas de asfalto vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia - DER-RO, durante o período de 12 (doze) meses.

2.4. Portaria nº 2256 de 13 de agosto de 2024 (0052026299) - elaboração de Estudo Técnico Preliminar-ETP

2.5. O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

3.1. Os materiais e serviços solicitados neste procedimento licitatório foram avaliados como "comuns" após consulta ao setor técnico do órgão, por profissionais habilitados, em conformidade com o disposto no inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.2. A presente contratação atende dois objetivos estratégicos da Coordenadoria de Logística do DER-RO:

3.2.1. Aprimorar Governança, Gestão e Aquisições;

3.2.2. e Melhorar a Qualidade de Vida.

3.3. A aquisição compreenderá materiais e serviços destinados a manutenção de bens imóveis, priorizando o maior desconto disponível na tabela desonerada do SINAPI-RO (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil).

3.4. A complexidade dos sistemas que compõem as instalações prediais das residências regionais e usinas de asfalto do DER-RO, exige um estoque adequado de insumos em termos de quantidade e variedade, garantindo uma pronta resposta, especialmente para reparar danos emergenciais que possam resultar em problemas estruturais graves e custosos, sem comprometer a capacidade operacional das unidades.

3.5. O DER-RO, com sua estrutura composta por 15 residências regionais e 6 usinas de asfalto, enfrenta uma demanda contínua por serviços de manutenção predial, elétrica, hidráulica, sanitária e de cabeamento estruturado. Estes serviços devem ser realizados de forma ágil e eficaz, exigindo disponibilidade imediata de materiais em nosso almoxarifado.

3.6. Entre as manutenções rotineiras e urgentes, destacam-se, reparos hidráulicos para vazamentos, correções elétricas para curtos-circuitos, substituição de lâmpadas diversas, reparos em telhados para goteiras, consertos de portas e janelas, serviços de carpintaria e serralheria, retoques de pintura, manutenção de bombas hidráulicas, adaptações na infraestrutura, inspeções e outras intervenções tanto nas dependências internas quanto externas.

3.7. É crucial destacar que o Sistema Nacional de Índices de Construção Civil (SINAPI) representa um banco de dados mantido pela Caixa Econômica Federal, abrangendo diversas informações sobre os preços de insumos e serviços relacionados à construção civil no Brasil. Amplamente reconhecido como referência para os preços de insumos da construção civil, o SINAPI é utilizado de forma extensiva em todo o setor.

3.8. Os benefícios derivados dessa prática de contratação são notáveis. Em essência, ela possibilita o atendimento completo das demandas por insumos, visto que a Tabela SINAPI abarca atualmente mais de 5.000 itens da construção civil. Além disso, essa abordagem promove a economia de recursos públicos, consolidando vários processos licitatórios em um único certame, abrangendo aspectos físicos, financeiros, humanos, entre outros.

3.9. No entanto, é fundamental terem como bases que justificam a adoção dos preços constantes na Tabela SINAPI como parâmetro para esta contratação. Conforme estabelecido na alínea V do artigo 82 da Lei 14.133, o critério de julgamento da licitação será o de maior desconto sobre a tabela de preços praticada no mercado. Além disso, nos termos da alínea III, § 3º do mesmo artigo, é permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem especificação do montante total a ser adquirido, caso o serviço esteja integrado ao fornecimento de bens.

3.10. Destaca-se que o SINAPI disponibiliza as suas informações para todos os estados da Federação, assim os preços de referência adotados para esta contratação serão aqueles disponibilizados para o estado de Rondônia. Assim, para atender aos instrumentos legais e aos princípios da Administração Pública (da economicidade, da eficiência, da eficácia e da celeridade processual, dentre outros), indica-se que seja realizado pelo Sistema de Registro de Preço.

3.11. Os bens objeto da presente licitação são de necessidade contínua ao longo de todo o ano. A contratação será realizada de acordo com a demanda existente, atendendo a esta Unidade Gestora (UG) e, quando aplicável, outras UGs que manifestem interesse em aderir a este pregão Sistema de Registro de Preços (SRP). A aquisição dos materiais será diretamente proporcional à quantidade de manutenções de cada residência regional e usina de asfalto, levando em consideração os recursos disponíveis. A impossibilidade de determinar com precisão as quantidades a serem adquiridas no período de 12 meses justifica-se pela intenção de evitar a condução de múltiplos processos administrativos, que acarretariam custos adicionais com publicações. Além disso, a abordagem busca otimizar o tempo processual e a força de trabalho empregada nas diversas etapas do procedimento, contribuindo para a eficiência administrativa, o que fundamenta a realização deste pregão SRP.

3.12. Optou-se pela estruturação da licitação em grupos de itens similares, com o objetivo de preservar a economia de escala. Tal decisão foi tomada considerando que os itens agrupados possuem características semelhantes e estão inter-relacionados, o que afasta possíveis prejuízos à competitividade e torna o processo mais atrativo para os licitantes. Por outro lado, diante do elevado número de itens, a organização em grupos de itens similares impede a celebração de inúmeros contratos com diversos fornecedores, o que, tecnicamente, afetaria a rotina administrativa. Essa situação prejudicaria a eficiência administrativa, que requer a otimização do gerenciamento dos contratos de fornecimento.

3.13. Com o propósito de garantir o fornecimento dos materiais necessários para atender a essas demandas, dá-se início ao presente procedimento licitatório para a aquisição de diversos materiais destinados à manutenção predial e equipamentos. A organização da licitação segue critérios de agrupamento de itens semelhantes, bem como a formação de grupos de cidades próximas entre si, que compartilham essencialmente os mesmos polos empresariais e industriais, conforme descrito a seguir:

LOTES	DESCRIÇÃO / TIPO DE MATERIAIS	LOCALIDADES
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	PORTO VELHO, EXTREMA
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA,
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO/HIDROSSANITÁRIO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, EXTREMA
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO	PORTO VELHO

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA

4.1. A presente contratação está em conformidade com o PCA de 2025, processo nº 0009.010202/2024-65 e nº 0052708629, itens 14, 15 e 16. O escopo abrange a construção, ampliação, reformas e reparos das residências regionais e usinas de asfalto, com foco na expansão, modernização e manutenção das instalações pertencentes ao DER-RO.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A Contratada é responsável por cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à execução adequada do objeto contratado. Isso inclui garantir a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazos e localidades definidos no Termo de Referência e seus anexos, acompanhada da respectiva nota fiscal, na qual devem constar informações como marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

5.1. A Contratada também deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes do objeto, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Em caso de avarias ou defeitos, deve substituir, reparar ou corrigir o objeto, às suas próprias custas, dentro do prazo estipulado no Termo de Referência.

5.2. É importante ressaltar que a execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE. Além disso, a CONTRATADA deve estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

5.3. No caso de conserto, a garantia deve ser realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante durante o respectivo processo.

5.4. Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

5.5. Os materiais ofertados nas propostas de licitação deverão estar em total conformidade com as normas da ABNT e do INMETRO, dentre outros, no que couber, inclusive no que se refere aos prazos de fabricação dos referidos materiais, marca, modelo, etc.

5.6. O uso de material improvisado em substituição ao especificado é estritamente proibido, e quaisquer adaptações que comprometam a qualidade do serviço não serão toleradas.

5.7. Materiais que não estejam de acordo com as especificações contidas na requisição serão recusados, e fica a critério da Contratante a elaboração de um relatório para registrar a recusa do insumo. A Contratada será formalmente comunicada sobre os materiais recusados e deverá providenciar sua retirada no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.8. A Contratada deve comunicar à Contratante, com a devida comprovação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de entrega, qualquer motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto.

5.9. Durante toda a execução do contrato, a Contratada deve manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além de indicar um preposto para representá-la.

5.10. A Contratada é responsável por promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, conforme exigido pela legislação, incluindo pneus, pilhas, baterias, etc.

- 5.11. Ela também é responsável por qualquer dano causado à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente durante o fornecimento do objeto da licitação, não podendo alegar que a Administração realizou a fiscalização como motivo para excluir sua responsabilidade.
- 5.12. Todos os custos decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, incluindo tributos e despesas com frete, devem ser arcados pela Contratada, sem ônus para a Contratante, e os pagamentos devem ser efetuados conforme previsto em lei.
- 5.13. A licitante vencedora deve cumprir toda a legislação ambiental, de trânsito, trabalhista e de Segurança do Trabalho pertinentes à exploração, transporte, carga e descarga dos materiais licitados.
- 5.14. É de responsabilidade da contratada elaborar e implementar os Planos de Prevenção de Acidentes, Manejo Ambiental, Gerenciamento de Resíduos, Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, assim como todos os planos e programas relacionados à atividade exercida.
- 5.15. As especificações dos bens entregues devem ser lançadas na Nota Fiscal de forma idêntica àquelas constantes na requisição fornecida pelo fiscal do contrato.
- 5.16. Assegurar todos os recursos necessários para garantir a plena operacionalidade do fornecimento, inclusive em situações de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 5.17. Assumir total responsabilidade por quaisquer perdas e danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, intencional ou negligente, sem prejuízo de outras penalidades contratuais ou legais aplicáveis;
- 5.18. A Contratada deve cumprir integralmente todas as obrigações estabelecidas no Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas relacionados à correta entrega do objeto, de acordo com as especificações, prazos e locais definidos no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 5.19. O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer ao material abandonado em suas dependências, podendo dar-lhe a destinação que julgar conveniente, após ter decorrido 30 (trinta) dias de abandono;
- 5.20. Fornecer os itens objeto dessa licitação aos preços auferidos com a aplicação do PERCENTUAL DE DESCONTO sobre os preços oficiais previstos nas tabelas atualizadas no SINAPI;
- 5.21. Será considerado a tabela SINAPI do mês da requisição ou a mais recente no momento da solicitação;
- 5.22. Em eventual ausência de insumo indispensável está na tabela SINAPI, utiliza-se § 1, art. 23 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:
- 5.23. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 5.24. Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- 5.25. Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- 5.26. Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- 5.27. Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.
- 5.28. Os preços dos insumos coletados, serão obrigatório a aplicação de desconto ofertado, não incluindo o frete e demais custos;
- 5.29. O método adotado deve ser explicitado no âmbito do processo de aquisição, abrangendo todos os requisitos necessários para a verificação da autenticidade, incumbindo ao servidor público do órgão a responsabilidade por tal diligência;
- 5.30. Na ausência de insumos elencados na tabela SINAPI, recomenda-se descrever o insumo a ser adquirido com máxima riqueza de detalhes e informações;
- 5.31. Orienta-se que o solicitante crie uma Ficha de Especificação Técnica de Insumo, seguindo o modelo SINAPI, que integrará o documento de pesquisa de mercado, com o objetivo de identificar as suas características, padronizando a pesquisa de preço e facilitando a sua utilização;
- 5.32. Deve-se observar com extrema atenção a fim de evitar a execução do procedimento anterior, em insumos constantes na tabela SINAPI, porém com descrição divergente em relação ao entendimento individual do servidor público encarregado da gestão das compras, conforme ilustrado no exemplo a seguir:

"Necessidade: BARRA DE ACO CHATA, RETANGULAR, 2" X 3/16" (50,8 MM X4,76 MM);

TABELA SINAPI:

Observação: Mesmo que não haja a descrição específica do insumo necessário, é possível identificar o insumo com o código 546, viabilizando a elaboração da descrição do insumo conforme a demanda, com especial atenção à quantidade a ser calculada;

Correto: código: 546; descrição do insumo: BARRA DE ACO CHATA, RETANGULAR, 2" X 3/16" (50,8 MM X4,76 MM) - 1,90 KG/M; unidade: KG; quantidade: 22,80 (2,00 barras X 6,00 de comprimento x peso específico)."

- 5.33. Na eventualidade de dúvidas acerca do insumo mencionado na tabela SINAPI, recomenda-se verificar suas características por meio da [Ficha de Especificação Técnica de Insumos](#);
- 5.34. Considerando a existência de insumos a serem calculados, podendo resultar em quantidades com mais de duas casas decimais, o que poderia ocasionar falhas no subtotal, recomendamos a utilização da fórmula de truncamento com duas casas decimais (= TRUNCAR(célula A1 X célula B1;2);
- 5.35. Não há impedimento para a inclusão de informações complementares nos insumos a serem adquiridos por meio da tabela SINAPI, como ilustrado nos exemplos a seguir:

"código: 43055; descrição do insumo: aço ca-50, 12,5 mm ou 16,0 mm, vergalhão; unidade: kg; quantidade: 80,89

código: 43055; descrição do insumo: aço ca-50, 12,5 mm, vergalhão (0,963 kg/m) - 07 barras de 12,00 m; unidade: kg; quantidade 80,89 (7,00 barras x 12,00 de comprimento x 0,963 peso específico)

código: 1379; descrição do insumo: cimento portland composto cp ii-32; unidade: kg; quantidade: 14.850,00

código: 1379; descrição do insumo: cimento portland composto cp ii-32 - 297 sacos de 50,00 kg; unidade: kg; quantidade 14.850,00 (quantidade x saco de 50,00 kg)

código: 7292; descrição do insumo: tinta esmalte sintético premium brilhante; unidade: l; quantidade: 14,40

Código: 7292; Descrição do insumo: TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM BRILHANTE - 04 LATAS DE 3,60 L DA COR AZUL; Unidade: KG; Quantidade 14,40 (quantidade x lata de 3,60 L)"

- 5.36. O desconto ofertado pela contratada e registrada no Sistema de Registro de Preços, deverá ser aplicado individualmente em cada valor unitário dos insumos da planilha de aquisição de insumos;

5.37. Considerando o desconto individual por valor unitário de insumo, podendo resultar em valores com mais de duas casas decimais, o que poderia ocasionar falhas no subtotal, recomendamos a utilização da fórmula de truncamento com duas casas decimais (= TRUNCAR(célula A1 X célula B1;2);

5.38. O truncamento envolve simplesmente descartar as casas decimais de um número, sem arredondar para cima ou para baixo. Em outras palavras, o truncamento corta as casas decimais além de um determinado ponto, resultando em um número truncado. Isso difere do arredondamento, que pode arredondar um número para cima ou para baixo, dependendo da casa decimal subsequente. Deste modo, atendendo ao mínimo de desconto ofertado pela contratada e registrada no Sistema de Registro de Preços.

5.39. **Do modo de disputa**

5.39.1. Para o presente procedimento, com base no art. 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, especificamente no inciso XIII, bem como no art. 56 da Lei 14.133/21, o método de disputa será o **ABERTO**, conforme as disposições do inciso I do referido artigo.

5.40. **Do prazo de entrega dos materiais**

5.40.1. O prazo de entrega estabelecido é de 30 dias corridos para situações não emergenciais e de grande montante. No entanto, em casos de emergência, que também possam envolver grande quantidade, o prazo é reduzido para 10 dias corridos.

5.40.2. No caso de o prazo máximo coincidir com um final de semana ou feriado, a entrega deve ser efetuada no dia útil anterior.

5.40.3. A solicitação de entrega parcial deve ser feita com, no mínimo, 3 dias de antecedência em relação à data de vencimento, visto que requer aprovação pelo ordenador de despesa.].

5.40.4. A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes no item 7 deste ETP. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

5.40.5. Materiais retirados na jazida, sem inclusão de transporte, devem ser verificados no mercado para avaliar se o valor registrado pela SINAPI é equivalente ao valor do insumo com entrega. Caso não haja conformidade, recomenda-se empregar o método de cálculo de transporte adotado pelo Departamento de Estradas e Rodagens - DER.

5.40.6. A Ata de Registro de Preços permite a aquisição de ferramentas. No caso de compra de equipamentos, é necessário verificar a disponibilidade dos mesmos dentro da SINAPI. Em situações em que não estejam contemplados, é preciso seguir os procedimentos estabelecidos para pesquisas de mercado.

5.41. **Critérios de aceitabilidade:**

5.41.1. Devem estar em conformidade com normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como resistência e durabilidade.

5.41.2. Preços e especificações devem seguir a Tabela SINAPI para garantir a adequação econômica e técnica.

5.41.3. Materiais devem ser uniformes em textura, cor e acabamento, além de não apresentarem defeitos visíveis (trincas, quebras, etc.).

5.41.4. Devem atender a requisitos de resistência mecânica (compressão, peso e impacto);

5.41.5. Devem atender às normas ABNT e SINAPI, com foco em resistência, uniformidade e durabilidade.

5.41.6. Precisam de conformidade com normas como NBR 5410, certificação INMETRO, e segurança no isolamento para evitar acidentes.

5.41.7. Devem seguir normas ABNT e apresentar estanqueidade e resistência à corrosão, além de certificação para água potável.

5.41.8. **Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data entrega (descrita em cada embalagem).**

a) Na embalagem do produto:

b) Nome do produto:

c) Nome comercial;

d) Data de fabricação e prazo de validade;

e) Identificação da partida de fabricação;

f) Nome e endereço do fabricante;

g) Quantidade contida no recipiente, em litro.

h) Nome do químico responsável e o número de identificação no Conselho Regional dos Químicos, quando necessário.

5.41.9. A CONTRATADA deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

5.42. **Regime de Fornecimento**

5.43. Em atendimento ao disposto no art. 121 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, fica estabelecido o percentual de 5% como quantitativo mínimo a ser contratado pelos órgãos gerenciador, e não participantes, com base no valor total pactuado com a empresa vencedora do certame.

A fixação desse percentual tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência no fornecimento dos materiais, especialmente os relacionados à aquisição com base na Tabela SINAPI, assegurando que o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO) disponha de uma base inicial de suprimentos capaz de atender às demandas imediatas e de iniciar suas atividades sem interrupções.

Esse quantitativo mínimo proporciona à Coordenação de Logística maior previsibilidade e segurança no planejamento operacional, ao mesmo tempo em que mantém a flexibilidade necessária para adequações conforme as demandas reais que venham a surgir ao longo da vigência contratual, fixada em 12 (doze) meses. A definição de um percentual mínimo também fortalece o compromisso do fornecedor com a pronta execução das ordens de fornecimento, garantindo o fluxo contínuo de insumos essenciais às obras e serviços executados pelo DER/RO.

Considerando o caráter variável e imprevisível das demandas de manutenção e reformas prediais, o fornecimento dos materiais será realizado de **FORMA ESCALONADA E SOB DEMANDA**, com entregas efetuadas mediante solicitação formal da Coordenação de Logística. Para assegurar o bom andamento das operações, o prazo máximo para atendimento será de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

Esse regime de fornecimento contínuo e flexível alinha-se aos objetivos de otimizar o uso de recursos públicos e atender com precisão às necessidades do DER/RO. Dessa forma, é possível garantir uma resposta ágil e eficiente às demandas, assegurando a continuidade e eficácia das obras de manutenção e reformas predial.

5.44. **Das Condições de Recebimento de Bens de Consumo**

5.44.1. Os materiais de construção devem ser entregues no prazo estipulado no Edital e seus anexos, após o recebimento da nota de empenho e ordem de fornecimento.

5.44.2. Somente serão recebidos produtos em perfeito estado de conservação, sem qualquer defeito aparente.

5.44.3. O fornecimento dos itens somente será considerado concluído e em condições de ser recebido depois de cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Recebimento designada pela Administração;

5.44.4. A conferência dos materiais será realizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, devendo esta em conformidade com [art. 140, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

5.44.5. Caso os itens fornecidos sejam insatisfatórios, será lavrado um Termo de Recusa, no qual serão registradas as não conformidades em relação às especificações. Nessa situação, o material em desacordo será rejeitado, sendo necessário retirá-lo e substituí-lo dentro do prazo estabelecido no item 6.1.6 deste Termo de Referência. Durante esse período, serão realizadas novamente as verificações referentes aos itens mencionados. Destaca-se que o pagamento da nota fiscal/fatura será suspenso até a conclusão das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, decorrente do atraso na entrega verificado nessa hipótese.

5.44.6. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do objeto contratado, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o período de garantia.

#### **5.45. O Recebimento Provisório**

5.45.1. Em até 10 (dez) dias corridos após a entrega dos materiais, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

#### **5.46. O Recebimento Definitivo**

5.46.1. Em até 15 (quinze) dias corridos após a entrega dos materiais ou 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo que comprove o atendimento das exigências contratuais.

#### **5.47. Da subcontratação:**

5.47.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto lícitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto lícitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual.

5.47.2. A proibição da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como da cessão ou transferência total ou parcial do objeto lícitado e/ou de suas obrigações inerentes, além da fusão, cisão ou incorporação, é uma medida essencial para garantir a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual. Essa restrição visa evitar riscos que possam comprometer a execução do contrato e assegurar que os compromissos assumidos pela contratada sejam integralmente cumpridos dentro dos parâmetros estabelecidos.

5.47.3. Entre os principais fundamentos dessa vedação, destacam-se:

5.47.4. A subcontratação pode comprometer a qualidade da execução dos serviços ou do fornecimento de bens, caso a empresa subcontratada não possua as mesmas qualificações técnicas e experiência exigidas no processo licitatório.

5.47.5. A proibição assegura que a empresa contratada seja diretamente responsável pelo cumprimento das especificações técnicas e normativas estabelecidas no contrato.

5.47.6. A transferência de responsabilidades para terceiros pode gerar dificuldades na fiscalização da execução contratual, criando obstáculos para a aplicação de penalidades e sanções caso ocorram descumprimentos.

5.47.7. A vedação garante que a empresa originalmente contratada mantenha integralmente sua responsabilidade, evitando a diluição de obrigações entre múltiplos agentes.

5.47.8. Fusões, cisões e incorporações podem alterar substancialmente a estrutura organizacional da contratada, resultando em impactos negativos na execução do contrato, como descontinuidade dos serviços, perda de expertise técnica ou dificuldades financeiras.

5.47.9. A restrição impede que a administração pública ou contratante enfrente incertezas decorrentes de mudanças societárias inesperadas, que possam afetar a capacidade de cumprimento do contrato.

5.47.10. A subcontratação irrestrita pode abrir margem para práticas como a utilização de empresas de fachada ou a transferência do contrato para entidades sem a devida capacidade técnica, o que poderia comprometer a lisura do processo licitatório.

5.47.11. A vedação reduz o risco de fraudes, favorecimentos indevidos e desvio de finalidade na execução do contrato.

5.47.12. No caso de contratos públicos, a vedação impede que empresas vencedoras do certame transfiram suas obrigações a terceiros que não passaram pelo mesmo processo rigoroso de qualificação e análise.

5.47.13. Isso assegura que os recursos sejam aplicados de maneira eficiente, em conformidade com os princípios da economicidade e da moralidade administrativa.

5.47.14. Dessa forma, a vedação à subcontratação, cessão, transferência, fusão, cisão e incorporação é uma diretriz fundamental para preservar a regularidade e a efetividade do contrato, garantindo que as obrigações assumidas sejam cumpridas integralmente pela empresa originalmente contratada, sem prejuízo à qualidade, segurança e transparência da execução contratual.

#### **5.48. Fica vedada a participação de empresa sob forma de CONSÓRCIO na presente contratação.**

5.49. A vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio na presente contratação de materiais de consumo encontra respaldo na busca por maior simplicidade, eficiência e clareza na gestão contratual. Materiais de consumo, por sua natureza, são itens de uso contínuo, com características padronizadas e de fornecimento regular, não exigindo, em regra, a estrutura complexa que a atuação em consórcio pressupõe.

5.50. A formação de consórcios acarreta a necessidade de articulação entre diferentes empresas, o que pode introduzir entraves burocráticos e operacionais desnecessários à execução do objeto contratual. Essa complexidade adicional pode dificultar a tomada de decisões, gerar conflitos de interesse entre os consorciados e comprometer a fluidez na entrega dos itens, em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988).

5.51. Ao restringir a contratação a pessoas jurídicas individualmente responsáveis, a Administração assegura uma gestão contratual mais direta, com maior clareza na atribuição de responsabilidades e na prestação de contas. Tal medida contribui para garantir a continuidade e a confiabilidade no fornecimento dos materiais de consumo, elementos essenciais ao bom funcionamento das atividades públicas.

5.52. A vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio em contratações de materiais de consumo pode ser justificada pela busca de simplicidade e eficiência no processo. Ao lidar com materiais de consumo, que geralmente são itens de natureza simples e de demanda regular, a complexidade adicionada pela formação de um consórcio pode ser desnecessária. A gestão contratual se torna mais direta, evitando possíveis conflitos de interesses entre empresas e agilizando a tomada de decisões. Além disso, ao manter o processo mais simples, a responsabilidade e a prestação de contas tornam-se mais claras, garantindo um fornecimento consistente e confiável dos materiais necessários.

#### **5.53. Fica vedada a participação de empresa sob forma de COOPERATIVAS na presente contratação.**

5.54. Fica vedada a participação de empresas constituídas sob a forma de cooperativas na presente contratação. A medida se fundamenta na busca pela observância do Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o qual orienta a Administração Pública à adoção de práticas que assegurem a melhor utilização dos recursos públicos, com celeridade, qualidade e efetividade na execução dos contratos administrativos.

5.55. Permitir a participação de cooperativas poderia comprometer a eficiência do processo contratual, uma vez que, por sua natureza jurídica, essas entidades demandam a anuência de todos os cooperados para a realização de atos como a assinatura de contratos, termos aditivos e autorizações de pagamento. Essa exigência pode implicar em atrasos significativos ou até mesmo inviabilizar a tramitação regular e tempestiva dos procedimentos contratuais, o que vai de encontro aos objetivos da Administração Pública no tocante à agilidade e efetividade na execução do objeto lícitado.

5.56. Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas visa assegurar a adequada execução contratual e a observância dos princípios que regem a atuação administrativa, especialmente o da eficiência.

5.57. **Do Objeto**

5.57.1. Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de serviços "comuns" de engenharia, para atender as residências regionais e usinas de asfalto do Estado de Rondônia.

5.58. **Do índice de reajuste dos preços**

5.58.1. IPCA como índice de reajuste de preços é justificada por sua ampla aceitação e reconhecimento, abrangência e representatividade, transparência e facilidade de acesso, consistência e confiabilidade, conformidade com práticas de mercado, reflexão das condições econômicas e base legal e normativa. Estas razões asseguram que o reajuste de preços seja justo, transparente e alinhado com as melhores práticas de mercado e regulamentações vigentes.

5.59. **Preços Diferentes**

5.60. O setor da construção civil é notoriamente suscetível a variações de preços, influenciado por fatores como inflação, sazonalidade, oscilações na oferta e demanda de materiais, além de instabilidades econômicas. Essas condições tornam desafiadora a fixação de preços a longo prazo sem a devida previsão de ajustes, o que pode comprometer tanto a execução contratual quanto a viabilidade financeira das partes envolvidas.

5.61. Nos contratos firmados por meio de registro de preços com vigência prolongada, a previsão de preços diferenciados configura-se como uma medida prudente e estratégica. Essa flexibilidade permite que os fornecedores mantenham a qualidade e a regularidade no fornecimento de materiais e serviços, sem incorrer em prejuízos decorrentes de desequilíbrios econômicos supervenientes. Ao mesmo tempo, o contratante resguarda-se contra a descontinuidade do fornecimento ou eventuais falhas na execução.

5.62. A justificativa para a adoção de mecanismos de reajuste ou previsão de preços diferentes fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento com valores condizentes com a realidade de mercado. Isso evita tanto a subavaliação quanto a supervalorização dos contratos, promovendo maior equilíbrio e transparência nas relações contratuais.

5.63. A utilização da tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) como referência para a formação de preços é prática consolidada na administração pública, conferindo maior confiabilidade aos valores praticados. No entanto, como essa tabela é atualizada periodicamente, podem surgir defasagens entre suas edições e os preços reais de mercado. Isso reforça a necessidade de ajustes, especialmente em contextos de alta volatilidade econômica.

5.64. A presente aquisição contempla materiais e serviços voltados à manutenção de bens imóveis, priorizando-se o maior percentual de desconto sobre os valores constantes na tabela SINAPI-RO vigente. Cabe destacar que os preços praticados durante a disputa refletem o percentual de desconto ofertado pelas empresas participantes, o que justifica a existência de preços distintos dentro do mesmo registro.

5.65. Dessa forma, a previsão de preços diferentes no âmbito do registro de preços, associada à divisão em lotes, é justificável e recomendável, especialmente em cenários de inflação elevada ou instabilidade no setor da construção civil. Essas práticas contribuem para a previsibilidade das contratações, a sustentabilidade financeira dos fornecedores e a eficiência da administração pública, assegurando a boa execução contratual e o atendimento ao interesse público.

5.66. **Garantia Contratual**

5.66.1. Conforme previsto no Decreto nº 28874, artigo 42, inciso XXII, a exigência de garantia contratual deve considerar as especificidades do objeto e o risco associado à sua execução. No presente caso, considerando a natureza do objeto do contrato e o baixo risco de inadimplemento, entende-se que a exigência de garantia contratual se mostra desnecessária.

5.66.2. Além disso, a não exigência da garantia visa evitar onerar o contratado de forma desproporcional, o que poderia impactar negativamente a economicidade do contrato e os preços ofertados. A administração entende que o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, aliados à robustez das cláusulas de penalidades, são suficientes para mitigar eventuais riscos de descumprimento das obrigações.

5.66.3. Portanto, por entender que a dispensa da garantia contratual não compromete os interesses da administração e que os riscos são adequadamente controlados, propõe-se a sua não exigência neste contrato.

5.67. **Das Garantia do Serviço/Materiais**

5.67.1. A contratada responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os art. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.67.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

5.67.3. A execução da garantia, incluindo a substituição de material/equipamento ou conserto, não acarretará, em nenhuma circunstância, ônus para a CONTRATANTE.

5.67.4. A CONTRATADA deverá estender à CONTRATANTE o mesmo prazo de garantia concedido pelo fabricante do material/equipamento, quando este for superior ao estabelecido na Lei nº 8.078.

5.67.5. A garantia, no caso de conserto, será realizada por Assistência Técnica Autorizada, indicada pelo fabricante na documentação oficial apresentada pelo licitante no respectivo processo.

5.67.6. Caso essa Assistência Técnica Autorizada esteja impossibilitada de cumprir tal função, a garantia deverá ser executada por outra Assistência Técnica Autorizada, que também deverá ser indicada pelo fabricante, ou pelo próprio fabricante do material/equipamento.

5.68. **Da habilitação**

5.68.1. **Habilitação Jurídica**

5.68.2. A habilitação jurídica, em consonância ao [art. 66 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), será comprovada mediante a apresentação dos documentos:

- I - Cópia de RG e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando houver;
- II - Cópia da Procuração, quando houver;
- III - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual sejam expressos os poderes dos titulares para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa;
- IV - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V - Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira;
- VI - Registro comercial, conforme os casos seguir:
  - a) No caso de empresário individual - EI: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - b) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <http://www.portalempreendedor.gov.br/>;
  - c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



d) No caso de sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) No caso de cooperativa: Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#);

f) No caso de consórcio de empresas: A comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, além da indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

g) No caso de empresa estrangeira com atuação permanente no País: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicado no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME 77/2020](#).

5.68.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva;

5.68.4. As atividades descritas nos atos constitutivos dos licitantes deverão ser compatíveis com o objeto a ser contratado.

#### 5.69. Qualificação Técnica-Operacional

5.69.1. A qualificação técnica, em consonância ao [art. 67 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), será comprovada mediante a apresentação dos documentos:

I - Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em características e quantidades conforme detalhamento abaixo:

a) Para os Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06 - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria BÁSICO e ACABAMENTO**, como exemplo cimento, areia, brita, tinta, e **compatível em quantidade**, devem comprovando que fornece e forneceu o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes;

b) Para os Lotes 07, 08, 09, 10, 11, 12 - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS**, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, regua de pedreiro, desempenadeira, e **compatível em quantidade**, devem comprovando que fornece e forneceu o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes;

c) Para o Lote 13 - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, em sua individualidade ou soma de atestados, **compatível em características** com o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria CABEAMENTO ESTRUTURADO/LOGICO**, como exemplo: cabos, tubos, conectores e tomadas de rede lógica, e **compatível em quantidade**, devem comprovando que fornece e forneceu o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes;

5.69.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional na linha de serviços e materiais dessa licitação em plena validade;

5.69.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.69.4. A Administração disponibilizara data e horário diferentes para os eventuais interessados realizarem a visita aos locais, sendo proibida, portanto, visitas conjuntas. Caso opte por não realizar a vistoria, o responsável técnico do licitante assinará declaração formal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridade da contratação;

5.69.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

5.69.6. A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

#### 5.70. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

5.70.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista, em consonância ao [art. 68 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), será comprovada mediante a apresentação dos documentos:

I - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual, municipal ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - A regularidade perante a Fazenda federal, mediante apresentação da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive os relativos à Seguridade Social, emitida CONJUNTAMENTE pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

IV - A regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede do licitante;

V - A regularidade relativa ao FGTS;

VI - Declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargo para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas;

VII - A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

VIII - Declaração de que o licitante não emprega menos de 16 de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos; e que empregados menores de 18 anos de idade não realizam trabalho noturno, perigoso ou insalubre (em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988).

#### 5.71. Habilitação Econômico-Financeira

5.71.1. A habilitação econômica-financeira, em consonância ao [art. 69 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), será comprovada mediante a apresentação dos documentos:

a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei n.º. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/lote que o licitante estiver participando;

b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referências;

b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

5.71.2. As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

b.5) A empresa deverá apresentar ainda:

b.5.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG), e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um);

b.5.2) As demonstrações devem ser assinadas por contador habilitado e pelo proprietário da empresa ou procurador.

#### 5.72. **Justificativa para Reserva de 10% do Valor Estimado do Lote:**

5.72.1. Considerando o disposto na **Nota Técnica no 1/2024/CGE-RELAÇÃOINTERIST**, que orienta a reserva do valor estimado do lote, essa margem se faz necessária para garantir a flexibilidade financeira frente a imprevistos e variações no mercado, especialmente para itens que compõem o orçamento público, que estão sujeitos a flutuações e à inflação do setor de construção civil.

5.72.2. A aplicação desse percentual visa assegurar a cobertura de variações inesperadas nos custos dos insumos e materiais relacionados à construção civil, bem como em relação aos serviços associados, alinhando-se à necessidade de previsibilidade orçamentária e à eficiência na execução do contrato. Esse valor adicional serve como uma medida de prudência para absorver possíveis ajustes financeiros, evitando atrasos ou interrupções na execução do objeto do contrato devido a eventuais insuficiências orçamentárias.

5.72.3. Além disso, o valor reservado contribui para que as contratações possam absorver adequadamente aumentos de custo decorrentes de fatores externos, tais como oscilações cambiais e variações nas tabelas de preços oficiais, como a SINAPI, que refletem as condições de mercado.

5.72.4. Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

5.72.5. OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

#### 5.73. **Início da execução e prazo para a conclusão dos serviços**

5.73.1. O início da prestação dos materiais/serviços (**FORNECIMENTO**) pela empresa contratada deverá ocorrer após a publicação da ata de registro de preços no DOE.

#### 5.74. **Crítérios de Sustentabilidade Ambiental:**

5.75. A CONTRATADA deverá observar e cumprir, sempre que aplicável, os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em conformidade com as diretrizes do Decreto nº 21.264, de 20 de setembro de 2016, bem como demais normativas e políticas públicas voltadas para a redução de impactos ambientais e promoção do consumo sustentável.

5.76. Todos os produtos fornecidos deverão atender integralmente às normas e especificações técnicas vigentes, incluindo aquelas estabelecidas por órgãos reguladores e de normalização, tais como: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), International Organization for Standardization (ISO), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde. O cumprimento dessas diretrizes assegura que os produtos comercializados apresentem qualidade, segurança e conformidade regulatória, alinhando-se às melhores práticas do mercado.

5.77. Além disso, visando a minimização dos impactos ambientais e a promoção de um modelo de fornecimento sustentável, os produtos fornecidos devem, preferencialmente:

5.78. Ser fabricados total ou parcialmente com materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as especificações das normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, de forma a reduzir o consumo de recursos naturais e fomentar a economia circular;

5.79. Possuir certificação do INMETRO que ateste sua classificação como produto sustentável ou que demonstre um menor impacto ambiental em comparação a produtos similares convencionais, incentivando o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes;

5.80. Ser acondicionados em embalagens otimizadas, preferencialmente individuais, com volume reduzido e fabricadas com materiais recicláveis, garantindo a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, sem comprometer a sustentabilidade da cadeia produtiva;

5.81. Estar isentos de substâncias perigosas em concentrações superiores aos limites estabelecidos pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), restringindo a presença de elementos como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs), que são prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

5.82. Além do atendimento aos requisitos de sustentabilidade incorporados na descrição do objeto contratual, a CONTRATADA deverá observar e seguir as diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, promovendo boas práticas ambientais ao longo de toda a cadeia de suprimentos.

5.83. A adoção dessas medidas visa garantir a responsabilidade ambiental na aquisição de bens e serviços, incentivando a inovação, a eficiência e a redução dos impactos ambientais associados às atividades da Administração Pública, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e desenvolvimento sustentável

5.84. Na aquisição de materiais conforme a Tabela SINAPI, é essencial adotar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a Lei 14.133/2021. A empresa contratada deverá assegurar práticas sustentáveis ao longo de todo o processo produtivo, abrangendo desde a extração de matérias-primas até o fornecimento final dos produtos.

5.85. Em relação ao Desenvolvimento Nacional Sustentável, apresentamos alguns pontos a ser seguidos:

5.85.1. Tecnologia de aplicação eficiente: Equipamentos modernos de aplicação dos materiais, como equipamentos elétricos, que promovam eficiência energética (como lâmpadas LED e sensores de presença). Para materiais hidrossanitários, a preferência é por equipamentos que permitam economia de água, como torneiras com redutores de vazão e válvulas de descarga de baixo consumo.

5.85.2. Reciclagem e disposição adequada: Práticas de trabalho sustentáveis, como a reciclagem de uso de materiais recicláveis e reciclados na construção civil, como tubos e conexões de PVC reciclado, metais ou outros componentes que possam ser reutilizados ou reciclados ao final de sua vida útil.

5.85.3. Alternativas de baixo COVs: Para produtos que envolvem processos químicos, como tintas e acabamentos, deve-se dar preferência aos que emitam menos compostos orgânicos voláteis (COVs) ou poluentes tóxicos.

5.85.4. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.



5.86. A Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, deve ser observada no que tange ao uso de substâncias químicas e práticas produtivas que possam gerar impactos negativos ao meio ambiente. As empresas fornecedoras devem adotar processos que garantam a gestão adequada de resíduos, reduzam a emissão de poluentes e conservem os recursos naturais.

5.87. A responsabilidade pela conformidade com as normas ambientais vigentes recai sobre a empresa contratada, que deverá garantir que todos os materiais adquiridos sigam padrões sustentáveis, sem causar degradação ao meio ambiente. Dessa forma, o processo de aquisição de materiais da Tabela SINAPI deverá promover a proteção do meio ambiente e incentivar práticas produtivas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

5.88. **Modo de execução do objeto:**

5.89. A execução do objeto deve ocorrer conforme a demanda e a necessidade das unidades administrativas da instituição, respeitando os prazos definidos em cada ordem de fornecimento. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de registro de preços (ARP). Isso visa garantir o atendimento eficiente e contínuo das necessidades ao longo da vigência do contrato, otimizando a logística e a gestão de estoque. O modo de execução por meio de ARP permite flexibilidade e economia, assegurando o fornecimento sob demanda e evitando desperdícios ou sobrecarga de estoque.

5.90. A adoção da execução parcelada permite melhor planejamento e gestão do estoque de materiais, reduzindo custos com armazenamento e garantindo o suprimento contínuo conforme a necessidade real da administração. Além disso, o registro de preços é o mecanismo mais adequado para aquisição de materiais com características padronizadas e de uso recorrente, como os previstos na Tabela Sinapi.

5.91. Necessidade de amostras, prova de conceito ou outros testes, apresentação de certificação, laudo ou documento similar:

5.92. Considerando que os materiais a serem adquiridos são padronizados e regulamentados pela Tabela Sinapi, que estabelece normas e especificações técnicas amplamente conhecidas e utilizadas no setor de construção e manutenção de edificações, não há a necessidade de amostras ou provas de conceito. Os fornecedores já devem, por exigência contratual, atender aos requisitos técnicos e normativos da Tabela Sinapi, garantindo a qualidade dos materiais.

5.93. A ausência da necessidade de amostras justifica-se pela natureza dos itens, que são padronizados e regulamentados por normas técnicas consolidadas (Tabela Sinapi). Exigir amostras seria redundante e resultaria em custos adicionais e desnecessários, uma vez que todos os fornecedores devem, obrigatoriamente, cumprir os padrões estabelecidos.

5.94. Demais informações essenciais voltadas ao objeto:

5.95. Os materiais a serem adquiridos abrangem categorias básicas, elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica/informática, conforme especificações técnicas da Tabela Sinapi. Todos os itens devem estar em conformidade com as normas de qualidade e segurança aplicáveis, sendo de responsabilidade do fornecedor a garantia do cumprimento das normas vigentes, incluindo certificações obrigatórias quando aplicáveis. A entrega dos materiais deverá ocorrer de forma eficiente, garantindo que o cronograma das obras e manutenções não seja comprometido.

5.96. É essencial que os materiais estejam de acordo com as especificações técnicas da Tabela Sinapi e as normas de qualidade pertinentes, para assegurar a segurança e eficiência nas obras e manutenções realizadas. Essa exigência visa garantir a integridade dos projetos e a otimização dos recursos públicos, assegurando a conformidade técnica e normativa de todos os materiais fornecidos.

5.97. **Da Vigência de Ata de Registro de Preços**

5.97.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

5.97.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

5.98. **Do Pagamento**

5.98.1. As condições de pagamento observarão, no que couber, o [Decreto n.º 16.901, de 09 de julho de 2012](#) (Dispõe sobre os critérios para pagamento em ordem cronológica das obrigações decorrentes de contratos) e [Decreto n.º 27.382, de 3 de agosto de 2022](#) que altera, acresce e revoga dispositivos do [Decreto n.º 16.901, de 09 de julho de 2012](#), no âmbito de Recebimento, para tal fim designada mediante portaria publicada no DOE/RO, os Documentos Auxiliares da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, impressos em 02 (duas) vias, acompanhados dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e da seguinte documentação:

5.98.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pela CONTRATANTE, sem qualquer reajuste automático de preços ou aplicação de correção monetária, sendo que o prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela fiscalização, será de até **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento definitivo.

5.98.3. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 146 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#).

5.98.4. O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5.98.5. A administração não pagará, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

5.98.6. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo os órgãos requisitantes, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

5.98.7. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.98.8. Caso se constate erro ou irregularidade de parcela pequena na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

5.98.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme o disposto no [art. 145 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), com exceções explícitas no [art. 145, § 1º](#) da referida lei.

5.98.10. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal, a apresentação dos seguintes documentos:

- Certificado de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - [Consulta de Regularidade do Empregador](#);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - [Consulta de Regularidade TST](#);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- Certidão Negativa de Débitos Federais - [Consulta de Regularidade Ministério da Fazenda](#);

5.98.11. Serão aceitas certidões positivas, desde que com efeito negativo, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

## 6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

6.1. O método de aferição das quantidades foi efetivado levando-se em conta o disposto no art. 18, §1º, inciso IV da Lei 14.133/2021,

estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

6.2. Considerando que houve a conclusão de um ano completo de aquisições, foi adotado os seguintes procedimentos:

6.3. Levantamento das utilizações da ata do exercício 2023/2024;

6.4. Previsão da utilização até o final da vigência da ata.

ITEM	PROCESSO	DESTINAÇÃO	MATERIAL	VALOR	EMPENHO	EMPRESA
01	0009.002662/2024-10	8ª Residência Regional de Ji-Paraná	ELÉTRICO/HIDROSSANITARIO	78.342,43	2024NE0003752024/NE000376	JPX COMERCIO
02	0009.002733/2024-84	Fábrica de Manilhas de Porto Velho	Material Básico de Construção	235.734,40	2024NE000384	FTE SERVICOS CONSTRUCAO
03	0009.001634/2024-85	Fábrica de Manilhas de Porto Velho	Material Básico de Construção	700.265,75	2024NE000274	JPX COMERCIO
05	0009.016245/2023-73	14ª Residência Regionalde Extrema	Material Básico de Construção/Elétrico e Hidrossanitario.	61.534,01	2024NE000361 2024NE000362	JPX COMERCIO
06	0009.002397/2024-70	4ª Residência Regional de Cacoal	Material Básico de Construção	45.645,60	2024NE000371	DIMAQUI DIST. DE MAT
07	0009.001991/2024-43	6ª Residência Regional de Machadinho	Material Básico de Construção	297.210,20	2024NE000541	FTE SERVICOS CONSTRUCAO
08	0009.003919/2024-51	16ª Residência Regional de São Francisco	Material Elétrico	3.453,48	2024NE000491	JPX COMERCIO
09	0009.003783/2024-89	2ª Residência Regional de Ariquemes	Material Elétrico	15.068,00	2024NE000371	FTE SERVICOS CONSTRUCAO
10	0009.004591/2024-90	Usina de Asfalto de de Ariquemes	Material Básico e Elétrico	89.146,99	2024NE000533 2024NE000534	FTE SERVICOS CONSTRUCAO
11	0009.013240/2023-99	Usina de Asfalto de Rolim de Moura	Material Básico	62.370,00	2024NE001432	DIMAQUI DIST. DE MAT
12	0009.013373/2023-65	Fábrica de Manilhas de Porto Velho	Material Básico	76.918,41	2024NE001522	JPX COMERCIO
13	0033.024388/2023-51	REMANEJAMENTO SEJUS	-	500.000,00	Ofício nº 22594/2023/SEJUS-COINF	
14	0033.027868/2023-74	REMANEJAMENTO SEJUS	-	500.000,00	Ofício nº 26096/2023/SEJUS-COINF	
15	0033.004567/2024-53	REMANEJAMENTO SEJUS	-	999.000,00	Ofício nº 3914/2024/SEJUS-COINF	
16	0033.015225/2024-69	REMANEJAMENTO SEJUS	-	960.000,00	Ofício nº 14844/2024/SEJUS-COINF	

6.5. Das Quantidades

6.6. O método de aferição das quantidades foi efetivado levando-se em conta o disposto no [art. 18, §1º, inciso IV da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021](#), estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

6.7. Assim, considerando que a forma de julgamento será maior percentual de desconto incidente sobre a tabela SINAPI, levantou-se o consumo em valores monetários, relativo a ATA de Registro de Preço nº 209/2023/SUPEL-RO, que reflete o consumo anterior.

6.8. Considerando que houve a conclusão de um ano completo de aquisições, foi adotado os seguintes procedimentos:

6.9. Levantamento das utilizações da ata vigente até o momento;

6.10. O objetivo é calcular o valor unitário de manutenção e revitalização predial por metro quadrado, permitindo assim a obtenção dos valores monetários estimados para as Residências e Usinas Regionais.

6.11. Por fim, com o propósito de sintetizar o valor monetário projetado para as Unidades operacionais deste Departamento, levando em consideração o histórico de consumo de materiais da Ata de Registro de Preço anterior e os montantes totais estimados para atividades de reparação e manutenção.

LOTE	DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E LOCALIDADES	DEMANDAS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA		MANUTENÇÃO PREDIAL		CABEAMENTO ESTRUTURADO	VALOR MÍNIMO	VALOR MÁXIMO
		BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS			
1	PORTO VELHO, EXTREMA	-	-	1.565.324,42	199.994,53	45.956,00	90.563,74	1.811.274,95
2	GUAJARA-MIRIM, NOVA MAMORÉ	-	-	-	-	-	-	-
3	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO D'OESTE	-	-	1.113.165,09	153.120,21	-	63.314,65	1.266.285,30

4	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE	-	-	1.517.952,39	153.120,21	-	83.553,63	1.671.072,60
5	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	68.374,10	1.367.482,12
6	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES	-	-	303.590,47	87.497,86	-	19.554,41	391.088,33
7	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	68.374,10	1.367.482,12
TOTAIS		RS -	RS -	RS 5.363.431,77	RS 899.973,23	RS 45.956,00	393.734,63	RS 7.874.685,42

- 6.12. A definição dos valores mínimo e máximo para o fornecimento de materiais destinados à **manutenção predial** e à **implantação de cabeamento estruturado**, conforme as demandas previstas nos municípios discriminados por lote, atende aos princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme estabelece o art. 121 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 6.13. Com base nas estimativas consolidadas, o valor **máximo** previsto para a contratação é de **RS 7.874.685,42**, valor que representa o somatório das demandas completas de materiais básicos e de acabamento, materiais elétricos, hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado, distribuídos pelos municípios abrangidos.
- 6.14. O valor **mínimo**, por sua vez, corresponde a **5% do valor total contratado**, o que equivale a **RS 393.734,27**. Esse percentual foi estabelecido com base no art. 121 supracitado, visando garantir uma **demand mínima obrigatória** por parte dos órgãos contratantes, mesmo que as solicitações se deem de forma escalonada ou por necessidade pontual.
- 6.15. Essa previsão mínima assegura o início imediato das atividades, garantindo a disponibilidade de um **estoque inicial estratégico** de materiais que permita dar respostas rápidas às necessidades mais urgentes, sem comprometer a fluidez das operações de manutenção e adequações prediais, especialmente em unidades administrativas e operacionais do DER/RO.
- 6.16. A fixação do valor máximo, por outro lado, permite que o contrato atenda de forma **abrangente e flexível** a todas as frentes de serviço previstas nos diferentes municípios do Estado, considerando inclusive as variações de logística, distâncias e especificidades de cada localidade. Assim, o contrato poderá ser executado integralmente, conforme o surgimento das demandas, respeitando os limites financeiros e operacionais previamente definidos.
- 6.17. Além disso, o modelo de fornecimento será realizado sob demanda, com entregas feitas mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Coordenação de Logística do DER/RO, e com prazo de entrega máximo de até **10 (dez) dias corridos**. Isso garante **eficiência logística**, previsibilidade contratual e a continuidade dos serviços de engenharia e manutenção predial em todo o território

6.18. **QUANTITATIVO DE VALOR POR LOTE**

LOTE	DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
MATERIAL BÁSICO DE CONSTRUÇÃO		
01	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (PORTO VELHO, EXTREMA)	RS 1.565.324,42
02	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	RS 1.113.165,09
03	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	RS 1.517.952,39
04	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	RS 1.214.361,91
05	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	RS 303.590,47
06	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>materiais básicos e acabamento</b> . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	RS 1.214.361,91

**MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS**

LOTE	DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
07	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (PORTO VELHO, EXTREMA)	RS 199.994,53
08	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE)	RS 153.120,21
09	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de <b>material elétrico, hidrossanitário e ferramentas</b> . (JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE)	RS 153.120,21
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE)	RS 153.120,21

11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES)	R\$ 87.497,86
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de material elétrico , <b>hidrossanitário e ferramentas</b> . (VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS)	R\$ 153.120,21

MATERIAL LÓGICO/PORTO VELHO

LOTE	DESCRIÇÃO	CONSUMO ESTIMADO
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO (PORTO VELHO).	R\$ 45.956,00

- 6.19. A divisão dos itens em lotes distintos tem como finalidade principal otimizar a execução contratual, promover a economicidade, ampliar a competitividade entre os fornecedores e assegurar a eficiência logística no fornecimento dos materiais necessários às atividades de manutenção e reforma predial conduzidas pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia (DER/RO).
- 6.20. A estruturação em lotes foi definida com base em critérios técnicos, geográficos e operacionais, levando em consideração as especificidades de cada região atendida, o tipo de material demandado e a melhor forma de organizar a contratação, de modo a facilitar o atendimento das unidades descentralizadas com agilidade e precisão.
- 6.21. A adoção dessa estratégia respeita os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e economicidade, previstos na legislação vigente, e contribui para uma gestão contratual mais eficiente, com maior controle sobre a execução, melhor aproveitamento dos recursos públicos e estímulo à participação de empresas especializadas, inclusive de pequeno e médio porte.
- 6.22. Além disso, a separação por lotes garante abrangência logística adequada às diferentes regiões do estado, assegurando que as entregas ocorram de forma planejada e em conformidade com as necessidades operacionais do DER/RO. Essa organização fortalece a capacidade institucional de resposta às demandas de infraestrutura, contribuindo diretamente para a continuidade dos serviços essenciais e o alinhamento aos objetivos estratégicos do órgão, especialmente no que se refere à melhoria contínua da infraestrutura pública estadual.
- 6.23. A Tabela SINAPI-Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil reúne atualmente mais de 5.000 insumos cadastrados, servindo como base de referência para a elaboração de orçamentos de obras públicas em todo o território nacional. Esses insumos abrangem desde materiais básicos e de acabamento até itens específicos aplicados nas diversas etapas da construção civil. No entanto, devido à ampla variedade e à grande quantidade de itens disponíveis, a cotação individual de cada material torna-se uma tarefa complexa e extremamente demandante. Por isso, é comum a adoção de estratégias como a contratação de empresas fornecedoras por grupo de insumos/LOTES, a fim de otimizar o processo e garantir maior agilidade e precisão nas aquisições. A padronização das descrições, unidades e custos ainda assim assegura maior transparência nos processos licitatórios e conformidade com as exigências legais e técnicas dos órgãos de controle.

7. LEVANTAMENTO DE ÁREAS RESIDENCIAS REGIONAIS

- 7.1. O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar é apresentar uma análise detalhada das necessidades de manutenção e revitalização das residências regionais e usinas de asfalto, distribuídas em 15 lotes, conforme tabela abaixo. Este documento visa fornecer informações essenciais para a adequada gestão e alocação de recursos necessários para a execução dos serviços, promovendo uma abordagem eficiente e criteriosa na manutenção das estruturas. Este estudo é baseado nas informações do processo 0009.004453/2024-19.
- 7.2. A tabela a seguir apresenta a estimativa de edificações, a área construída e a área total estimada para cada lote:

LOTE	LOCALIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE EDIFICAÇÕES	ESTIMATIVA DE ÁREA CONSTRUÍDA	ESTIMAVA DE TOTAL DA ÁREA M²
1	1 Residência Regional	10,00	1.106,21 m²	40.095,70 m²
2	2 Residência Regional	13,00	2.229,38 m²	40.000,00 m²
3	3 Residência Regional	13,00	1.372,80 m²	10.030,50 m²
4	4 Residência Regional	13,00	2.785,00 m²	7.354,13 m²
5	5 Residência Regional	17,00	2.479,65 m²	55.451,35 m²
6	6 Residência Regional	4,00	681,20 m²	5.482,50 m²
7	7 Residência Regional	7,00	699,50 m²	43.932,00 m²
8	8 Residência Regional	7,00	2.366,82 m²	33.823,00 m²
9	9 Residência Regional	7,00	1.293,42 m²	13.020,22 m²
10	11 Residência Regional	6,00	1.683,00 m²	10.000,00 m²
11	12 Residência Regional	4,00	743,00 m²	6.197,82 m²
12	13 Residência Regional	8,00	5.223,54 m²	18.848,97 m²
13	14 Residência Regional	4,00	1.222,65 m²	9.854,00 m²
14	15 Residência Regional	3,00	3.200,00 m²	8.600,00 m²
15	16 Residência Regional	5,00	1.620,00 m²	9.600,00 m²

- 7.3. A distribuição dos lotes e as respectivas áreas construídas e totais permitem uma visão clara das necessidades de cada localidade. A análise dos dados apresentados indica que:
- 7.4. As áreas construídas variam significativamente entre os lotes, desde 681,20 m² na 6ª Residência Regional até 5.223,54 m² na 13ª Residência Regional.
- 7.5. As áreas totais também apresentam ampla variação, destacando-se a 5ª Residência Regional com 55.451,35 m² e a 4ª Residência Regional com 7.354,13 m².
- 7.6. A quantidade estimada de edificações varia entre 3 (15ª Residência Regional) e 17 (5ª Residência Regional), refletindo diferentes níveis de complexidade e necessidade de intervenção.
- 7.7. Este estudo preliminar evidencia a importância de uma gestão criteriosa dos recursos alocados para a manutenção e revitalização das residências regionais e usinas de asfalto. A análise dos dados permite uma alocação mais precisa e eficiente dos recursos, garantindo que as intervenções necessárias sejam realizadas de maneira adequada e oportuna, promovendo a durabilidade e a segurança das estruturas.
- 7.8. A continuação deste estudo deverá incluir uma análise detalhada dos custos estimados, cronograma de execução e priorização das ações, assegurando a utilização eficiente do orçamento disponível. A implementação das ações propostas contribuirá para a melhoria da infraestrutura e, consequentemente, para a eficiência operacional das residências regionais e usinas de asfalto.

8. LEVANTAMENTO DE ÁREAS USINAS DE ASFALTO

- 8.1. O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar é apresentar uma análise detalhada das necessidades de manutenção e revitalização das usinas de

asfalto, distribuídas em 6 lotes, conforme a tabela abaixo. Este documento visa fornecer informações essenciais para a adequada gestão e alocação de recursos necessários para a execução dos serviços, promovendo uma abordagem eficiente e criteriosa na manutenção das estruturas. Este estudo é baseado nas informações do processo 0009.004547/2024-80.

8.2. A tabela a seguir apresenta a estimativa de edificações, a área construída e a área total estimada para cada lote:

LOTE	LOCALIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DE EDIFICAÇÕES	ESTIMATIVA DE ÁREA DE CONSTRUÍDA	ESTIMAVA DE TOTAL DA ÁREA M²
1	Usina de Asfalto de Jaru	2	283,69m²	25.147,00m²
2	Usina de Asfalto de Ariquemes	4	1.260,00m²	14.000,00m²
3	Usina de Asfalto de Cacoal	2	1.221,87m²	9.512,00 m²
4	Usina de Asfalto de Vilhena	3	293,90m²	22.407,00m²
5	Usina de Asfalto de Rolim de Moura	2	222,84m²	18.628,36m²
6	Usina de Asfalto de Ji-Paraná	3	5.553,60m²	16.392,40m²

8.3. A distribuição dos lotes e as respectivas áreas construídas e totais permitem uma visão clara das necessidades de cada localidade. A análise dos dados apresentados indica que:

8.4. As áreas construídas variam significativamente entre os lotes, desde 222,84 m² na Usina de Asfalto de Rolim de Moura até 5.553,60 m² na Usina de Asfalto de Ji-Paraná.

8.5. As áreas totais também apresentam ampla variação, destacando-se a Usina de Asfalto de Jaru com 25.147,00 m² e a Usina de Asfalto de Cacoal com 9.512,00 m².

8.6. A quantidade estimada de edificações varia entre 2 (Usina de Asfalto de Jaru, Usina de Asfalto de Cacoal e Usina de Asfalto de Rolim de Moura) e 4 (Usina de Asfalto de Ariquemes), refletindo diferentes níveis de complexidade e necessidade de intervenção.

8.7. Este estudo preliminar evidencia a importância de uma gestão criteriosa dos recursos alocados para a manutenção e revitalização das usinas de asfalto. A análise dos dados permite uma alocação mais precisa e eficiente dos recursos, garantindo que as intervenções necessárias sejam realizadas de maneira adequada e oportuna, promovendo a durabilidade e a segurança das estruturas.

8.8. A continuação deste estudo deverá incluir uma análise detalhada dos custos estimados, cronograma de execução e priorização das ações, assegurando a utilização eficiente do orçamento disponível. A implementação das ações propostas contribuirá para a melhoria da infraestrutura e, consequentemente, para a eficiência operacional das usinas de asfalto.

8.9. Por fim, com o propósito de sintetizar o valor monetário projetado para a reforma predial das residências e usinas de asfalto do DER-RO, levando em consideração o histórico de consumo de materiais da Ata de Registro de Preço anterior e os montantes totais estimados para atividades de reparação e manutenção.

9. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

RESIDÊNCIAS REGIONAIS				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
1ª Residência Regional	Rua Amapá n° 5329, Bairro São José - Cep 76.993-970	Colorado do Oeste	(69)3341-2177	<a href="mailto:residenciadecolorado@gmail.com">residenciadecolorado@gmail.com</a>
2ª Residência Regional	Rua Vimberê n° 2188, Setor 04 - Cep 76.873-463	Ariquemes	(69)3535-2987	<a href="mailto:residenciaariquemes.der@hotmail.com">residenciaariquemes.der@hotmail.com</a>
3ª Residência Regional	Rua Burareiro S/N, Setor Industrial - Cep 76-920-000	Ouro Preto	(69)3461-2549	<a href="mailto:residenciaopo@outlook.com">residenciaopo@outlook.com</a>
4ª Residência Regional	Rua Rondônia n° 1078, Bairro Incra - Cep 76.965-872	Cacoal	(69)3461-2549	<a href="mailto:residenciacacoal@der.ro.gov.br">residenciacacoal@der.ro.gov.br</a>
5ª Residência Regional	Av. Sete de Setembro n° 5490, Bairro Boa Esperança - Cep 76.940-000	Rolim de Moura	(69)3442-1619 (69)3442-2321	<a href="mailto:residenciarolimdemoura.der@gmail.com">residenciarolimdemoura.der@gmail.com</a>
6ª Residência Regional	RO 133 n° 4041 - Cep 76.868-000	Machadinho do Oeste	(69)3581-3429	<a href="mailto:der.machadinho@hotmail.com">der.machadinho@hotmail.com</a>
7ª Residência Regional	Av. Independência S/N, Bairro Alto Alegre - Cep 76.930-000	Alvorada	(69)3412-2565	<a href="mailto:7rr.alvorada.p@gmail.com">7rr.alvorada.p@gmail.com</a>
8ª Residência Regional	Br 364 Km 08, Setor Rural - Cep 76.900-000	Ji-Paraná	(69)3416-4822 (69)3423-8055	<a href="mailto:residenciaregionaldejiparana@gmail.com">residenciaregionaldejiparana@gmail.com</a>
9ª Residência Regional	Av. Jo Sato n° 1280, Bairro Bela Vista	Vilhena	(69)3321-2901	<a href="mailto:residenciavilhena.der@gmail.com">residenciavilhena.der@gmail.com</a>
11ª Residência Regional	Rua Rui Barbosa n° 250, Bairro Beira Rio - Cep 76.970-970	Pimenta Bueno	(69)3451-3405	<a href="mailto:der2017.pimentabueno@gmail.com">der2017.pimentabueno@gmail.com</a>
12ª Residência Regional	Rua Tapajós n° 3963, Setor 02 - Cep 76.890-000	Jaru	(69)3521-1553	<a href="mailto:residenciajaru.der@gmail.com">residenciajaru.der@gmail.com</a>
13ª Residência Regional	Rua Antônio Lacerda n° 4168, Setor Industrial - Cep 76.821-038	Porto Velho	(92)9401-8545	<a href="mailto:residenciaportovelho@der.ro.gov.br">residenciaportovelho@der.ro.gov.br</a>
14ª Residência Regional	BR 364, 1040, Distrito de Extrema, Município de Porto Velho - RO, com coordenadas geográficas -9°46'18,36599"S-66°20'43,24409"W	Extrema	(69) 992617066	<a href="mailto:der14rrextrema@gmail.com">der14rrextrema@gmail.com</a>
15ª Residência Regional	Av. Ayrton Sena n° 3766, Setor Industrial - Cep 76.880-000	Buritis	(69)3238-3690	<a href="mailto:derdeburitis@hotmail.com">derdeburitis@hotmail.com</a>
16ª Residência Regional	Rua Dom João n° 3436, Bairro Cidade Baixa	São Francisco	(69)3621-2399	<a href="mailto:dersaofrancisco@hotmail.com">dersaofrancisco@hotmail.com</a>
USINAS DE ASFALTO				

Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
Usina de Asfalto	Ro 257 Km 03 S/N, Zona Ruaral	Ariquemes	(69)3223-0404	<a href="mailto:usinader@gmail.com">usinader@gmail.com</a> <a href="mailto:usinaderportovelho@gmail.com">usinaderportovelho@gmail.com</a>
Usina de Asfalto	Av. Edson Lima nº 3835, Bairro Jorge Teixeira	Ji-Paraná	(69)3424-1059	<a href="mailto:usinaasfaltotjipa@outlook.com">usinaasfaltotjipa@outlook.com</a>
Usina de Asfalto	Rua Morumbi Esquina com Paranaíba S/N	Rolim de Moura	(69)98424-8313	<a href="mailto:usinarolim.der@gmail.com">usinarolim.der@gmail.com</a> <a href="mailto:der.usina.cbuqrm@hotmail.com">der.usina.cbuqrm@hotmail.com</a>
Usina de Asfalto	Ro 463 (Pátio da Cooaja), Zona Rural	Jaru	(69)99205-9667	<a href="mailto:usinajaru.der@gmail.com">usinajaru.der@gmail.com</a>
Usina de Asfalto	Lote 31 LH 04, Setor Prosperidade	Cacoal	(69)98437-0633	<a href="mailto:Der.usinacacoal@gmail.com">Der.usinacacoal@gmail.com</a>
Usina de Asfalto	Setor 13 Quadra 07, Lote 01	Vilhena	(69)99907-4773	<a href="mailto:usinavha@gmail.com">usinavha@gmail.com</a>

## 10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

### 10.1. Contratação de Empresa Especializada

- 10.1.1. Essa solução envolve a terceirização dos serviços de construção civil para uma empresa externa, responsável tanto pela execução dos serviços quanto pelo fornecimento dos materiais. Os principais pontos a considerar são:
- 10.1.2. A contratação de uma empresa especializada pode agilizar o processo de execução, uma vez que a empresa contratada já dispõe de mão de obra e infraestrutura adequadas.
- 10.1.3. Empresas especializadas geralmente possuem certificações e seguem normas técnicas que garantem a qualidade dos serviços prestados.
- 10.1.4. No entanto, o custo global dessa solução tende a ser mais elevado, pois envolve tanto a margem de lucro da empresa quanto os custos operacionais.
- 10.1.5. A licitação para contratação de empresas de engenharia civil envolve um processo mais complexo e pode demorar mais tempo, além de necessitar uma fiscalização rigorosa dos contratos.

### 10.2. Compra de Materiais Através da Tabela SINAPI e Execução pelos Recursos Próprios do Departamento

- 10.2.1. Essa alternativa consiste em adquirir os materiais necessários de acordo com a Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), garantindo a padronização e o controle dos preços, enquanto o próprio DER executa os serviços com sua equipe interna.
- 10.2.2. A aquisição de materiais com base nos preços da Tabela SINAPI permite o controle dos custos, eliminando a necessidade de repassar uma margem de lucro a uma empresa contratada.
- 10.2.3. O DER mantém maior controle sobre a qualidade e a quantidade dos insumos adquiridos, sendo possível ajustar os materiais conforme a necessidade da obra.
- 10.2.4. Essa solução exige que o departamento tenha equipe qualificada para realizar os serviços de construção civil. No caso de falta de mão de obra ou excesso de demandas, essa pode se tornar uma limitação.
- 10.2.5. O tempo necessário para a execução interna dos serviços pode ser maior, especialmente se houver limitações de pessoal ou capacidade técnica.

### 10.3. Comparação de Viabilidade e Economicidade

- 10.3.1. Contratação de Empresa Especializada:
- 10.3.2. Alta viabilidade em termos de qualidade e rapidez, ideal para demandas urgentes ou quando há necessidade de maior controle técnico.
- 10.3.3. O custo pode ser elevado, pois a empresa terceirizada incluirá sua margem de lucro nos preços dos materiais e serviços.
- 10.3.4. Aquisição de Materiais via Tabela SINAPI e Execução Interna:
- 10.3.5. Viável para o DER havendo equipe técnica e mão de obra qualificada disponíveis para executar os serviços, permitindo um maior controle do processo.
- 10.3.6. É a opção mais econômica, pois a aquisição de insumos pela Tabela SINAPI, combinada com a execução interna, elimina a margem de lucro de terceiros e se mantém dentro de parâmetros públicos conhecidos.
- 10.3.7. Entre as duas soluções, a aquisição de materiais através da Tabela SINAPI e a execução dos serviços pelo próprio DER se destaca como a alternativa mais viável e econômica. Essa solução permite um melhor controle sobre os custos e insumos, aproveitando-se das vantagens da tabela SINAPI para garantir a economicidade, com a disposição da equipe técnica capacitada para realizar as obras.

## 11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 11.1. A aquisição de insumos diversos, destinados ao atendimento das demandas de serviços comuns de engenharia, executados diretamente por equipe própria, em edificações sob responsabilidade do Poder Executivo Estadual, será realizada com base nas planilhas de insumos constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Essa aquisição observará rigorosamente as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e em seus anexos, garantindo padronização, economicidade e transparência no processo.
- 11.2. O SINAPI é um sistema mantido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em conformidade com definições técnicas de engenharia estabelecidas pela própria instituição. A formação de seus preços é baseada em pesquisas periódicas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assegurando atualidade e aderência aos custos praticados no mercado.
- 11.3. O SINAPI é composto por duas tabelas referenciais principais:
- 11.4. **SERVIÇOS:** contempla a composição dos custos unitários de diferentes tipos de serviços de engenharia, considerando insumos, produtividade e encargos.
- 11.5. **INSUMOS:** apresenta os preços unitários dos materiais, equipamentos e mão de obra utilizados na construção civil.
- 11.6. Para efeito de registro de preços, serão consideradas integralmente as tabelas de insumos do SINAPI, abrangendo todos os itens catalogados em suas publicações. Essa abordagem visa garantir ampla cobertura de materiais e uniformidade nos orçamentos e planejamentos de obras e serviços.
- 11.7. Os preços a serem registrados seguirão os valores estabelecidos na tabela de referência específica para o Estado de Rondônia, sendo aplicáveis a todos os municípios do estado, conforme atualização vigente.
- 11.8. Serão utilizados os **preços desonerados** da Tabela SINAPI para a região de Rondônia, garantindo a economicidade e a proporcionalidade dos preços praticados no mercado local.
- 11.9. **Importante destacar que a metodologia de julgamento das propostas considerará o maior percentual de desconto ofertado pelas empresas com base nos preços unitários dos insumos constantes na Tabela SINAPI (desonerada), e não sobre o valor global estimado da contratação.**



Tal critério visa assegurar maior objetividade, isonomia entre os licitantes e aderência aos preços praticados no mercado.

11.10. As tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), referentes ao Estado de Rondônia, são fundamentais para a correta estimativa de custos em obras e serviços de engenharia. Essas tabelas trazem os preços atualizados de insumos e composições, possibilitando maior precisão e transparência na elaboração de orçamentos. Para consulta e obtenção das tabelas específicas de Rondônia. (ID. 0059134974).

11.11. Em caso de dúvidas sobre as características de qualquer insumo listado na tabela SINAPI, é imprescindível consultar a **Ficha de Especificação Técnica de Insumos**, documento que detalha as especificações e parâmetros técnicos de cada item.

11.12. Para estimar o valor dos itens a serem contratados anualmente, utilizaremos com base a estimativa de itens definidos anteriormente, conforme Planilha - Materiais mais demandados (0047863545), e valor monetário projetado para as residências e usinas de asfalto deste DER-RO.

11.13. Os Mapas de Preços dos itens, foram elaborados de acordo como o que dispõe a Art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por meio de consulta a tabela oficial, como a SINAPI/RO, conforme art. 5º inciso III.

11.14. O valor global estimado a ser contratado anualmente é de **R\$ 7.874.685,42 (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos)**.

11.15. O quantitativo necessário para atender plenamente as demandas deste departamento no exercício de 2025 é estimado em **R\$ 7.874.685,42** (sete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Esse montante foi calculado com base nos processos de aquisições e remanejamentos já realizados e previstos, conforme detalhado na "Estimativa das Quantidades", Item 6 deste Estudo Técnico.

11.16. Foi utilizado o valor de **R\$ 5.900.090,06** (cinco milhões, novecentos mil e noventa reais e seis centavos), por meio de aquisições e remanejamentos que cobriram parte das necessidades do departamento. Adicionalmente, há uma previsão de utilização de **R\$ 1.974.595,36** (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos), que será destinada à continuidade dos serviços e às demandas futuras.

11.17. Esse valor total será fundamental para garantir o pleno atendimento das demandas do departamento durante o exercício de 2025, cobrindo tanto as necessidades de manutenção quanto as expansões previstas. Dessa forma, assegura-se que todos os recursos estejam devidamente alocados para as atividades da autarquia no próximo ano fiscal.

11.18. **Justificativa de Preços com Base na Tabela SINAPI**

11.19. Com base nos materiais para manutenção de bens imóveis constantes da tabela do SINAPI, foi identificada alguma formas de aquisição dos insumos no mercado, pelos órgãos da Administração Pública. Convém destacar que a presente demanda não se constitui inovação na Administração Pública. Desta forma, conclui-se que há um mercado estabelecido para as aquisições dos referidos insumos.

11.20. Para se identificar a solução adequada foi realizada uma análise comparativa de soluções disponíveis no mercado, visando elencar as alternativas para atendimento à demanda, considerando além do aspecto econômico, os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

11.21. A solução mercadológica disponível, consolidada e amplamente utilizada pelos órgãos públicos é a aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por meio de pregão eletrônico. Assim, identificamos e analisamos as principais alternativas:

11.21.1. Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por itens:

11.21.2. Essa alternativa consiste na realização de licitação mediante a elaboração de uma lista contendo todos os materiais a serem adquiridos (necessidade). Após a definição e descrição dos itens, é conduzida uma pesquisa de preços em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL. Este processo resulta na necessidade de conduzir uma extensa pesquisa de mercado para múltiplos itens, o que pode ocasionar a inclusão de itens sem êxito na licitação. Tal licitação pode ser realizada na modalidade pregão eletrônico ou pregão eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços. Os licitantes vencedores são os que oferecem os menores preços para cada item da licitação.

11.21.3. Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis por grupo de classes de acordo com a tabela do SINAPI:

11.21.4. Essa alternativa consiste na realização de licitação agrupando-se os insumos da tabela do SINAPI em classes por afinidade. Cada lote da licitação corresponde a um conjunto de classes (famílias) da tabela. Após a definição dos lotes o órgão faz o levantamento estimativo dos valores a serem empenhados em cada item, durante a vigência da ata de registro de preços. Vence o item da licitação o licitante que oferecer o maior desconto para cada item, obtendo-se assim o melhor preço. Tal licitação se assemelha a aquisição de materiais com base em maior desconto em relação a tabela.

11.22. Verifica-se a necessidade da utilização do critério de maior desconto, tendo em vista que os itens que são baseados na Tabela SINAPI desonerada, correspondem a uma classe de materiais. Ou seja, não é possível definir um preço de referência, pois cada item se destrincha em vários materiais da mesma classe, com valor diversos, disponíveis na Tabela SINAPI/RO.

11.23. O objeto da contratação não trata de aquisições de materiais isolados dentro das classes definidas na Tabela SINAPI/RO. Não há previsão de aquisições volumosas de materiais isolados, mas sim de uma diversificação considerável, de acordo com as demandas do complexo prisional, levantado pela Coordenadoria de Infraestrutura, ressaltando, portanto, a vantagem da utilização da Tabela SINAPI.

11.24. Levando em conta o descrito no item anterior, não haverá prejuízos para a administração decorrentes das limitações da pesquisa de preços do IBGE, que não consideram altos volumes de compra.

11.25. A utilização da Tabela SINAPI é imprescindível para a elaboração do presente processo licitatório, tendo em vista o princípio da eficiência, a capacidade de gestão e a impossibilidade de listar todos os materiais que virão a ser demandados.

11.26. Ressalta-se que todos os preços e cálculos apresentados têm caráter público, não se tratando de orçamento sigiloso. Dessa forma, toda a documentação comprobatória segue em anexo, garantindo transparência e conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

LOTE	LOCALIDADES	ARP Nº 209/2023	AQUISIÇÃO ATRAVÉS DA ATA Nº 209/2023	PREVISÃO DE UTILIZAÇÃO DA ARP Nº209/2023
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI, ITAPUÃ DO OESTE	R\$ 1.565.324,42	R\$ 1.352.693,60	R\$ 212.630,82
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO	R\$ 1.113.165,09	R\$ 599.124,19	R\$ 514.040,90

4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	R\$ 1.517.952,39	R\$ 1.189.582,88	R\$ 328.369,51
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	R\$ 1.214.361,91	R\$ 1.108.016,00	R\$ 106.346,31
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS	R\$ 303.590,47	R\$ 250.000,00	R\$ 53.590,47
7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO. VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 1.214.361,91	R\$ 1.100.000,00	R\$ 114.361,91
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI	R\$ 199.994,53	R\$ 168.203,58	R\$ 31.790,95
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO, ITAPUÁ DO OESTE	R\$ 153.120,21	R\$ 50.673,90	R\$ 102.446,31
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	R\$ 153.120,21	R\$ 78.342,43	R\$ 74.777,78
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	R\$ 153.120,21	R\$ 0,00	R\$ 153.120,21
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS	R\$ 87.497,86	R\$ 3.453,48	R\$ 84.044,38
14	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS. VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 153.120,21	R\$ 0,00	R\$ 153.120,21
15	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO. PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI	R\$ 45.956,00	R\$ 0,00	R\$ 45.956,00

11.27. Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 28.874/2024, que estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias entre a elaboração da pesquisa de mercado e a publicação do edital, e visando assegurar a compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, justifica-se a adoção da Tabela SINAPI como referência para a composição dos preços, com a aplicação de descontos sobre os valores dessa tabela, pelos seguintes motivos:

11.28. Reconhecimento Legal e Técnico – O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), mantido em parceria entre o IBGE e a Caixa Econômica Federal, é amplamente reconhecido como parâmetro confiável para orçamentos públicos, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e em normativas estaduais.

11.29. Atualização Periódica e Base para Descontos – A tabela SINAPI é **ATUALIZADA MENSALMENTE**, garantindo a aderência aos valores de mercado. A aplicação de descontos sobre esses valores permitirá a competitividade e economicidade do processo licitatório, ajustando-se às condições reais de mercado e às estratégias comerciais dos licitantes.

11.30. A utilização do SINAPI como base para descontos assegura neutralidade e equidade, evitando distorções na cotação de insumos. Essa prática está em conformidade com o **Art. 51 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que determina a realização de pesquisas de preços de forma ampla e fundamentada.

11.31. Conforme destacado, o orçamento atual foi elaborado com base em **QUANTITATIVOS** estimados a partir de registros anteriores (ATA de Registro de Preço nº 209/2023/SUPEL-RO), sendo inviável precisar o percentual de desconto aplicado naquela ocasião. Dessa forma, a tabela SINAPI, com a flexibilidade de descontos, serve como base técnica e competitiva, permitindo que o mercado apresente propostas vantajosas dentro de parâmetros seguros.

11.32. A adoção de um índice oficial como o SINAPI, com a possibilidade de descontos, reduz riscos de questionamentos, pois sua metodologia é

consolidada e aceita pelos órgãos de controle. Além disso, atende ao § 3º do Art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que exige justificativa clara para a escolha da fonte de pesquisa, garantindo que as propostas estejam dentro de um **padrão de referência confiável**.

11.33. A utilização da Tabela SINAPI como base para aplicação de descontos neste empreendimento atende plenamente aos requisitos legais, garantindo confiabilidade, atualidade, competitividade e **conformidade** com as melhores práticas de mercado. A estratégia assegura que os preços finais sejam adequados à realidade econômica, sem prejuízo da economicidade e transparência do processo licitatório.

11.34. A execução do objeto em municípios distintos implica em custos logísticos diferenciados (transporte, deslocamento de equipes, condições de acesso, etc.), impactando diretamente nos valores unitários.

11.35. Fatores locais, como disponibilidade de insumos, mão de obra especializada, exigências técnicas adaptadas à realidade de cada região ou exigências normativas municipais, podem demandar adequações nos custos.

11.36. A divisão em lotes permite otimizar recursos conforme a demanda de cada área, viabilizando a aplicação de valores proporcionais à complexidade ou ao volume de serviços/entregas em cada localidade.

11.37. Ressalta-se que a estruturação em lotes e a previsão de valores distintos por município atendem ao princípio da economicidade, garantindo maior precisão nos orçamentos e evitando sobrecustos ao erário.

11.38. O órgão consulente, no exercício de sua discricionariedade, optou por essa modelagem para assegurar a fiel execução do objeto, conforme as diretrizes do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 (LIC).

## **12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

12.1. O objeto desta licitação é a aquisição de materiais para atender às necessidades anuais de insumos para a manutenção predial e de equipamentos, conforme estabelecido pelo artigo 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Esses insumos serão destinados aos serviços de pronto atendimento, especialmente para manutenção preventiva e corretiva nas residências e usinas de asfalto pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), considerando a natureza frequente e imprevisível dessas intervenções.

12.2. Para que a contratação alcance os resultados esperados, os seguintes elementos deverão ser observados:

12.3. Com base na demanda anual estimada e nos itens previstos na Tabela SINAPI, os materiais a serem adquiridos incluem materiais de construção básicos, materiais elétricos, materiais hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado/lógico. A definição dos grupos de materiais será feita conforme as classes específicas e a sua afinidade, agrupando-os em lotes, como descrito no item 8 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

12.4. Esses insumos serão organizados em grupos de afinidade de material, como forma de facilitar a administração do processo de licitação, melhorar a participação de empresas especializadas e garantir maior competitividade.

12.5. Sistema de Registro de Preços (SRP): Como a demanda de materiais não pode ser prevista com exatidão, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo a aquisição de materiais conforme a necessidade, com entregas parceladas e remuneradas por unidade de medida. O regime adotado para a seleção dos fornecedores será o de maior desconto percentual unitário em relação aos preços oficiais da Tabela SINAPI, conforme o art. 82, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

12.6. A divisão por lotes regionais facilitará a logística de fornecimento dos materiais, otimizando as entregas conforme a necessidade específica de cada unidade do DER em diferentes localidades do estado.

12.7. Com a aquisição dos materiais conforme a Tabela SINAPI e o SRP, os serviços de manutenção predial e de equipamentos serão executados pela equipe técnica própria do DER, garantindo maior controle sobre a qualidade e eficiência dos trabalhos.

12.8. A execução será realizada sob o regime de Empreitada por Preço Unitário, com base na quantidade efetivamente demandada e utilizada em cada serviço.

12.9. A formação de grupos de materiais por classes e lotes possibilitará um gerenciamento contratual mais eficiente, reduzindo o número de fornecedores e facilitando o acompanhamento da execução contratual.

12.10. A adoção do SRP com critério de maior desconto percentual e a utilização da Tabela SINAPI oferecem várias vantagens:

12.11. O critério de maior desconto permitirá à administração obter o melhor preço em relação à tabela oficial, garantindo uma contratação econômica e vantajosa, conforme os parâmetros da Lei nº 14.133/2021.

12.12. A formação de lotes por região e por classe de materiais aumentará a concorrência entre fornecedores especializados, resultando em maior eficiência na entrega e na qualidade dos insumos, sem comprometer a economicidade.

12.13. A presente contratação foi planejada com base nos princípios de razoabilidade, economicidade e eficiência, respeitando os parâmetros legais e as peculiaridades dos serviços de manutenção predial e de equipamentos. O uso do Sistema de Registro de Preços (SRP) com critério de maior desconto percentual, atrelado à Tabela SINAPI, garante que a administração pública consiga atender suas demandas de forma contínua, com preços justos e previsíveis, facilitando o gerenciamento dos contratos e a eficiência na execução dos serviços.

## **13. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO - IRP**

13.1. Em conformidade com o disposto no [artigo 117, § 2º, incisos I e II, do Decreto nº 28.874/2024](#), justifica-se a condução centralizada do procedimento de Registro de Preços pelo órgão competente, não se admitindo a participação de outros órgãos na gestão e execução do certame, conforme justificativa SUPEL-CRP (0056670046).

### **13.2. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO, AGRUPAMENTO**

13.3. Em regra, as contratações deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, conforme art. 40, inciso V, alínea procedendo-se à licitação com b, da Lei nº 14.133, de 2021, vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

13.4. Tal entendimento encontra respaldo na Súmula 247 do TCU, que infere que a admissão da adjudicação por item é obrigatória às licitações, “desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo”.

13.5. Ocorre que o raciocínio de adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

13.6. No caso em questão, será a aquisição de itens pela tabela SINAPI, desta forma iremos dividir a contratação por grupo de classes de itens similares que se mostra mais vantajoso como meio de alcançar a eficiência de gestão, a competitividade e a padronização que se faz necessária nesta contratação.

## **14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

14.1. Como parte do Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a aquisição de materiais básicos, elétricos, hidrossanitários e de rede lógica/informática, de acordo com a Tabela Sinapi, a administração pública deve adotar medidas essenciais antes da celebração do contrato.

14.2. Antes da celebração do contrato, é fundamental que a administração verifique as condições do almoxarifado e demais instalações responsáveis pelo recebimento e armazenamento dos materiais adquiridos. Assegurar que o local tenha capacidade e condições adequadas para o armazenamento seguro dos itens, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, é imprescindível para evitar deterioração, danos ou riscos à segurança. A logística de distribuição

dos materiais às unidades de trabalho também deve ser analisada para garantir que o fornecimento e o uso dos materiais ocorra de forma eficiente e oportuna.

14.3. Antes da formalização do contrato, é necessário que a administração se atente às regulamentações técnicas e legais associadas à aquisição dos materiais especificados na Tabela Sinapi. Isso inclui a observância das normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e outras normas de segurança e qualidade aplicáveis a materiais de construção, instalações elétricas, hidrossanitárias e de rede lógica/informática. Além disso, a conformidade com normas ambientais e de segurança deve ser verificada, assegurando que todos os materiais adquiridos estejam em conformidade com as exigências regulatórias vigentes.

14.4. É crucial que os servidores ou empregados designados para a fiscalização e gestão do contrato recebam capacitação adequada para garantir o acompanhamento eficaz da execução contratual. Esse treinamento deve abranger, entre outros aspectos:

14.5. A interpretação das cláusulas contratuais específicas.

14.6. A verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas estabelecidas na Tabela Sinapi.

14.7. O acompanhamento da entrega parcelada de materiais, verificando prazos, qualidade e quantidade conforme solicitado.

14.8. A correta aplicação dos procedimentos de controle de estoque, evitando desperdícios e zelando pelo bom uso dos recursos públicos.

14.9. Treinamentos periódicos e atualizações normativas são essenciais para assegurar que os responsáveis estejam aptos a gerenciar o contrato de maneira eficiente e transparente, garantindo conformidade com a legislação vigente, bem como a correta fiscalização dos bens entregues.

14.10. Ao adotar essas providências, a administração pública estará promovendo uma aquisição de materiais Sinapi de forma eficiente, em conformidade com as normas técnicas e legais, e garantindo a otimização de recursos. A capacitação dos servidores assegura que o contrato será bem gerido, com total observância das exigências legais, promovendo transparência e eficiência na administração pública.

## **15. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO**

15.1. Licitações frequentemente envolvem contratos de grande porte que demandam alta capacidade técnica e operacional para serem executados com êxito. Empresas e pessoas jurídicas geralmente possuem uma estrutura organizacional mais robusta, experiência acumulada e recursos adequados para atender a essas exigências, em comparação com pessoas físicas.

15.2. Com uma personalidade jurídica própria, as empresas e pessoas jurídicas assumem responsabilidades legais por suas atividades comerciais e contratuais, proporcionando maior segurança jurídica ao órgão público contratante em casos de descumprimento de obrigações ou outras questões legais.

15.3. A execução de contratos de licitação frequentemente requer investimentos substanciais em infraestrutura, equipamentos, e pessoal qualificado. Empresas e pessoas jurídicas possuem maior capacidade financeira para realizar esses investimentos e lidar com possíveis imprevistos durante a execução do contrato.

15.4. Além disso, empresas e pessoas jurídicas tendem a garantir maior continuidade na prestação de serviços ou fornecimento de bens ao longo do contrato, minimizando riscos de interrupções ou atrasos que poderiam ocorrer se uma pessoa física não conseguisse manter a regularidade de suas atividades.

15.5. Por fim, empresas e pessoas jurídicas estão sujeitas a um controle mais rigoroso e fiscalização quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, o que oferece maior segurança ao órgão público em relação ao cumprimento das obrigações legais e tributárias. Elas também têm maior facilidade em apresentar garantias, certidões, e documentos técnicos e financeiros necessários para a habilitação, graças à sua estrutura organizacional e contábil mais desenvolvida.

## **16. RESULTADOS PRETENDIDOS**

16.1. A aquisição de insumos para construção civil, abrangendo materiais básicos, de acabamento, elétricos, hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado, deve gerar os seguintes resultados pretendidos:

16.2. Ao adquirir materiais conforme a Tabela SINAPI, a autarquia garante a disponibilidade imediata de insumos para pronta resposta às requisições de manutenção ou demandas emergenciais levantadas pela Coordenadoria de Infraestrutura. Isso evita atrasos no atendimento, reduzindo o tempo de resposta às solicitações de manutenção.

16.3. A compra direta com base nos preços da SINAPI elimina intermediários e margens de lucro adicionais, permitindo que o DER execute os serviços com sua equipe interna de forma mais econômica. Essa abordagem assegura que as manutenções sejam realizadas de forma eficaz, com menor custo e mantendo a qualidade dos serviços.

16.4. Os materiais adquiridos contribuirão para a melhoria das instalações físicas dos servidores, promovendo conforto, funcionalidade, segurança e salubridade. A adequação das edificações, instalações elétricas e hidrossanitárias proporciona um ambiente de trabalho seguro e eficiente para as equipes que atuam nos prédios administrativos, residências funcionais e usinas de asfalto.

16.5. A manutenção constante dos diversos ambientes de trabalho e moradia melhora a qualidade de vida dos servidores e a operação das usinas e edifícios administrativos. Isso resulta em maior satisfação dos usuários, que percebem a melhoria nas condições das instalações.

16.6. Esses resultados são possíveis pela padronização dos custos através da Tabela SINAPI, que assegura transparência no controle de despesas e qualidade dos insumos adquiridos.

## **17. PREMISSAS TÉCNICAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

17.1. O DER-RO, por intermédio de representante administrativo, que poderá ser o Diretor Geral, Diretor Geral, Diretor executivo, efetuará a solicitação de atendimento de manutenção predial mediante o preenchimento de uma requisição padrão. Essa requisição deve conter todas as informações relevantes que permitirão à Coordenadoria de Infraestrutura elaborar os documentos técnicos necessários e realizar as avaliações correspondentes. Dessa forma, será gerada uma lista de materiais que deverá ser verificada pela chefia do setor responsável pelas manutenções e execuções, culminando na elaboração de um processo administrativo para a aquisição dos insumos.

17.2. Todo processo de aquisição deve incluir uma declaração elaborada e assinada pelo responsável técnico pela confecção dos projetos, planilhas ou listas de materiais. Esta declaração deve estar vinculada à área de atuação, sendo vedado que um técnico assine documentos relacionados às atividades específicas de outra classe. Destaca-se que os materiais básicos, de acabamento, hidráulicos e sanitários devem ser assinados por um técnico com atribuições correspondentes, enquanto os materiais relacionados aos sistemas elétricos, CFTV e SPDA devem ser assinados pelo técnico responsável pela sua área de competência.

17.3. Considerando que esta autarquia será a Unidade Gestora - UG, o setor responsável pela gestão da ARP deve validar a liberação de quantitativos em valores monetários da presente Ata de Registro de Preços (ARP), estando em conformidade com a planilha informada pela chefia do setor responsável pelas manutenções e execuções.

17.4. A liberação efetivada requer que o setor solicitante se atente à alocação do recurso e ao empenho após minuciosa conferência, observando a correta aplicação do percentual de desconto obtido na ARP, o qual deve incidir sobre os insumos da tabela SINAPI atualizada.

17.5. O setor solicitante deve informar ao setor responsável pela gestão da ARP qualquer alteração ou cancelamento, devendo sempre obter autorização do ordenador de despesas da pasta.

17.6. Destaca-se que o setor responsável pela gestão da ARP atua apenas como gerenciador, onde toda análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços e a aplicação do percentual de desconto sobre o valor liberado, são responsabilidades exclusivas do setor solicitante.

17.7. No momento da emissão do contrato, o setor solicitante deve consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (CAGEFIMP) para verificar impedimentos de contratação

relacionados à fornecedora em questão.

17.8. Deverá ser enviado um ofício contendo a nota de empenho ao representante da empresa vencedora, com o objetivo de assegurar que este tenha ciência dos materiais e valores a serem adquiridos pelo setor requisitante. Além disso, o ofício deve informar todo o procedimento de conferência e estabelecer as diretrizes para o fornecimento, as quais serão solicitadas por meio da(s) ordem(ns) de fornecimento(s).

17.9. A requisição dos materiais à empresa será efetuada por meio de ordem de fornecimento, à medida que surgirem as demandas de materiais. A ordem de fornecimento será elaborada pela chefia do setor responsável pelas manutenções e execuções.

17.10. Os fornecedores devem realizar a entrega do objeto em perfeitas condições, de acordo com as especificações, prazos e localidades constantes no Edital e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal, que deve conter as indicações pertinentes ao produto.

17.11. Os materiais de construção devem ser entregues no prazo estipulado no Edital e seus anexos, após o recebimento da nota de empenho e ordem de fornecimento, no endereço indicado na ordem de fornecimento.

17.12. A conferência dos materiais será realizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, devendo estar em conformidade com inciso II, art. 140 da Lei Federal 14.133/2021.

## 18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

18.1. Este estudo concluiu que não há necessidade de realizar contratações complementares para a execução adequada do objeto, uma vez que todos os recursos necessários para a operacionalização dos serviços podem ser integralmente supridos pela contratação proposta. Com a adoção da Ata de Registro de Preços (ARP) e a referência aos valores da Tabela SINAPI, a aquisição assegura que os insumos necessários serão fornecidos em conformidade com os parâmetros de custo padronizados e atualizados, garantindo a viabilidade técnica e financeira do projeto sem a necessidade de intervenções externas ou contratações adicionais.

## 19. RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS

19.1. Considerando a complexidade e os detalhamentos que envolvem as contratações públicas, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual nº 28.874/24, a decisão de restringir a participação em licitações para a aquisição de materiais de construção civil, tais como materiais básicos e de acabamento, materiais elétricos, hidrossanitários, ferramentas e cabeamento estruturado/lógico, está fundamentada em diversas razões estratégicas. Essas medidas visam garantir a eficiência, transparência e execução eficaz dos contratos relacionados à aquisição de insumos essenciais para obras e manutenções públicas.

19.2. Ao restringir a participação a empresas, é possível implementar critérios mais rigorosos que assegurem a concorrência entre organizações com experiência comprovada e recursos adequados para o fornecimento desses materiais especializados. Isso garante que os insumos necessários sejam entregues com a qualidade exigida, dentro dos prazos e conforme as necessidades técnicas das obras.

19.3. Empresas fornecedoras de materiais de construção estão sujeitas a obrigações fiscais, trabalhistas e de controle de qualidade bem estabelecidas, facilitando a fiscalização por parte do Estado. Isso assegura que os insumos, como cabos estruturados, ferramentas e materiais elétricos, sejam fornecidos conforme as especificações contratuais e com as devidas garantias.

19.4. A contratação de empresas especializadas permite a criação de estoques de segurança, garantindo o fornecimento contínuo de materiais, especialmente em casos de interrupções na cadeia de suprimentos, como atrasos na entrega de insumos elétricos ou hidrossanitários. Isso é crucial para evitar que obras ou manutenções sejam paralisadas pela falta de materiais.

19.5. Empresas com experiência na distribuição de insumos para construção civil possuem sistemas de gestão de inventário que monitoram os níveis de materiais com precisão, evitando tanto a escassez quanto o acúmulo excessivo de produtos como cimento, cabos e ferramentas. Essa gestão otimiza os recursos, garantindo o uso eficiente dos insumos e evitando desperdícios.

19.6. Fornecedores qualificados possuem as condições ideais para o armazenamento e manuseio dos insumos de construção civil, como materiais de acabamento e ferramentas, garantindo a preservação da qualidade até o momento da sua utilização. Isso minimiza perdas por deterioração e assegura que os materiais estejam em condições adequadas para uso nas obras.

19.7. Limitar a participação a empresas formalmente constituídas e experientes no fornecimento de materiais de construção civil mitiga riscos jurídicos, como litígios ou inadimplência. O processo licitatório com fornecedores especializados garante maior proteção ao Estado, assegurando que a entrega e a qualidade dos materiais contratados sejam rigorosamente cumpridas.

19.8. Essas razões asseguram que o processo de aquisição de insumos para construção civil ocorra de forma eficiente, transparente e responsável, resultando em contratações mais seguras e na entrega de materiais que atendam plenamente às necessidades dos projetos públicos.

## 20. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006

20.1. Conforme preceitua o art. 8º do Decreto Estadual 21.675 de 03 de março de 2017 especificamente, o art. 8º: “*Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, a SUPEL deverá reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item ou lote para a contratação de pequenas empresas*”.

20.2. Contudo, o art. 10, inciso II do aludido Decreto, afasta a possibilidade de aplicação do tratamento diferenciado nas seguintes hipóteses:

**o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;**

20.3. A não aplicação encontra amparo no inciso II, já acima referido, tendo em vista que se trata de licitação cujo critério será o de maior desconto na tabela SINAPI e não se **torna tecnicamente viável**, destacar cota de um quantitativo que será demandado em momento futuro, de acordo com as necessidades de cada órgão.

20.4. Considerando que os materiais serão utilizados em diversas localidades do Estado, optou-se pela divisão por lotes, uma vez que no presente caso a fragmentação em itens acarretará a perda do conjunto, perda da economia de escala, redundar em prejuízo à celeridade da licitação, ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica

20.5. Também, conforme o art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

20.6. I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

20.7. Assim, a lei não se aplica ao presente processo tendo em vista que o valor médio a ser contratado, será superior aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) supracitados.

## 21. CATÁLOGO DE MATERIAIS - CATMAT

21.1. O Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Ministério da Economia (ME) é um sistema informatizado destinado à catalogação dos materiais empregados nas atividades fins e meios da Administração Pública. Seu principal propósito é estabelecer e manter uma linguagem uniforme e padronizada para a identificação, codificação e descrição dos materiais a serem adquiridos pelo Governo Federal, por intermédio do ComprasNet. Este recurso é obrigatório para todos os órgãos da Administração Pública Federal direta e opcional para os demais órgãos públicos das esferas estadual e municipal.

21.2. No contexto desta licitação, destinada ao registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais de construção civil, para utilização direta em serviços comuns de engenharia, visando atender as residências e usinas de asfalto, o critério de julgamento é o MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO sobre a tabela SINAPI atualizada. Destaca-se que o Sistema Nacional de Índices de Construção Civil (SINAPI) é um banco de dados mantido

pela Caixa Econômica Federal, que abrange uma vasta gama de informações sobre preços de insumos e serviços relacionados à construção civil no Brasil, sendo amplamente utilizado como referência para os preços de insumos na área da construção civil.

21.3. Considerando que o SINAPI contém mais de 5.000 (cinco mil) insumos da construção civil, com atualizações mensais que podem afetar o quantitativo de insumos registrados, torna-se impraticável a identificação e cadastramento de todos esses insumos no Catálogo de Materiais (CATMAT).

22. MAPA DE RISCO

Risco 1

Risco	Não aprovação do Estudo Técnico e Termo de Referência.
Probabilidade	Média
Dano	O atraso no processo de contratação impacta diretamente o fornecimento dos materiais de construção, resultando em dificuldades na execução das obras e reparos. Isso compromete o atendimento às demandas operacionais do Departamento, podendo gerar escassez de insumos e interrupção das atividades de construção e manutenção das estradas, usinas de asfalto e outras instalações.
Impacto	Alto
Ação de Mitigação e Contingência	Elaborar o Estudo Técnico e o Termo de Referência em conformidade rigorosa com a Lei nº 14.133, assegurando que todos os requisitos legais e normativos sejam cumpridos para evitar inconsistências e acelerar a aprovação.
Responsável	Equipe de Planejamento e Gerência de Licitações

Risco 2

Risco	Subdimensionamento ou inadequação dos insumos adquiridos.
Probabilidade	Média
Dano	A falta de insumos ou insumos inadequados inviabilizam a continuidade das obras, atrasando a execução das reformas e manutenções, comprometendo o cronograma de atendimento das residências regionais e usinas de asfalto.
Impacto	Alto
Ação de Mitigação e Contingência	Verificar se o objeto foi especificado corretamente, utilizando unidades de medida adequadas, e revisando os contratos anteriores e históricos de requisições. Realizar análise rigorosa das necessidades para assegurar a quantidade correta de materiais.
Responsável	Equipe de Planejamento e Gerência de Licitações

Risco 3

Risco	A empresa fornecedora entrega os materiais em desacordo com as especificações do contrato.
Probabilidade	Baixa
Dano	A entrega de materiais fora das especificações contratuais pode comprometer a execução das obras, resultando em custos adicionais para correção e retrabalho, além de atrasos no cronograma de reformas e manutenção.
Impacto	Médio
Ação de Mitigação e Contingência	Estabelecer critérios rigorosos de aceitação de materiais com base nas especificações técnicas exigidas. Rejeitar os itens que não atendam aos padrões estabelecidos e aplicar sanções contratuais previstas. Solicitar a substituição dos materiais ou convocar a segunda colocada no processo de licitação.
Responsável	Equipe de Planejamento, Gerência de Licitações e Gestor do Contrato

Risco 4

Risco	Interrupção na entrega de materiais devido a falhas da empresa contratada.
Probabilidade	Média
Dano	A interrupção no fornecimento de insumos pode prejudicar a continuidade das obras e comprometer a execução dos projetos, resultando em atrasos nas reformas e manutenções.
Impacto	Alto
Ação de Mitigação e Contingência	Estabelecer um cronograma claro de entrega de materiais, com monitoramento constante. Aplicar sanções contratuais caso os prazos sejam descumpridos e acionar a segunda colocada na licitação para garantir o fornecimento contínuo de insumos.
Responsável	Gerência de Licitações e Gestor do Contrato

Risco 5

Risco	Incompatibilidade no local de entrega dos materiais.
Probabilidade	Baixa
Dano	A entrega de materiais em local errado gera atrasos no recebimento, ruptura de estoque e aumenta o custo logístico para corrigir o erro.
Impacto	Médio
Ação de Mitigação e Contingência	Verificar as instruções de entrega detalhadamente antes de efetuar a contratação e revisar as ordens de serviço enviadas à fornecedora. Aplicar sanções contratuais em caso de descumprimento das condições de entrega.
Responsável	Chefe do setor responsável pelas manutenções e execuções

23. MATRIZ DE RISCO

ITEM	Risco	Causa do Risco	Consequência(s)	P (Probabilidade)	I (Impacto)	(P) x (I)	Estratégia de Mitigação	Responsabilidade
1	Disponibilidade de Fornecedores	Escassez de fornecedores confiáveis sinalização horizontal	Limitada quantidade de fornecedores na região. Greves ou paralisações na produção de materiais, ou aumento de frete	Média	Alto	Média	Manter relacionamento sólido com fornecedores. Diversificar fontes de suprimento.	Contratada



2	Flutuações de Preços	Volatilidade nos preços materiais de sinalização.	Mudanças abruptas nas condições do mercado. Instabilidade econômica global ou regional. Variações nos custos de produção.	Média	Alto	Média	Celebração de contratos de longo prazo com preços fixos ou indexação a índices de inflação. Monitoramento constante do mercado para identificar tendências de preços. Renegociação de contratos conforme necessário.	Contratante/Contratada
3	Qualidade dos Materiais	Materiais adquiridos não atendem aos padrões de qualidade especificados.	Materiais entregues fora das especificações acordadas. Uso de tintas e solventes, resultando em baixa cor para visibilidade.	Baixa	Alto	Baixa	Monitoramento e inspeção rigorosos dos materiais. Estabelecimento de penalidades contratuais.	Contratada
4	Atrasos na Entrega	Atrasos na entrega dos materiais prejudicam o cronograma do projeto.	Problemas logísticos, como transporte inadequado. Escassez de matérias-primas essenciais para a produção. Falhas na programação de produção dos fornecedores.	Média	Alto	Média	Estabelecimento de cláusulas contratuais rigorosas. Monitoramento logístico e plano de contingência.	Contratada
5	Mudanças na Regulamentação	Alterações nas leis ou regulamentos governamentais impactam a aquisição e uso dos materiais.	Introdução de regulamentos ambientais mais rigorosos. Mudanças na tributação sobre materiais de construção. Restrições ao transporte de materiais.	Baixa	Médio	Baixa	Acompanhamento e adaptação às mudanças regulatórias. Consulta com especialistas legais.	Contratante/Contratada
6	Danos durante o Transporte	Materiais podem sofrer danos durante o transporte para o local dos serviços.	Acidentes durante o transporte que danificam os materiais. Armazenamento inadequado durante o transporte, resultando em contaminação ou perda de qualidade.	Baixa	Médio	Baixa	Contratar transportadoras confiáveis. Garantir embalagem adequada.	Contratada
7	Mudanças Climáticas	Mudanças climáticas extremas afetam a disponibilidade e qualidade dos materiais.	Eventos climáticos severos, como inundações, chuvas frequentes, afetam na execução dos serviços. Variações nas temperaturas impactam as propriedades na secagem das faixas.	Alta	Médio	Baixa	Monitoramento de tendências climáticas. Implementação de medidas de adaptação.	Contratante
8	Reequilíbrio Contratual	Alterações no contrato impactam o equilíbrio financeiro.	Mudanças nos preços de insumos afetam a lucratividade do contrato. Necessidade de renegociar termos contratuais.	Baixa	Médio	Baixa	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reequilíbrio financeiro quando necessário.	Contratante/Contratada

9	Crédito	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Baixa	Alto	Média	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratada
10	Não conformidade com critérios de sustentabilidade	Falta de avaliação adequada dos fornecedores quanto à sustentabilidade	Multas, penalidades legais, impacto na reputação do DER	Alta	Alto	Alto	Realizar análises detalhadas dos fornecedores quanto aos critérios de sustentabilidade	Contratante
11	Aumento de custos devido à utilização de materiais não sustentáveis	Falta de planejamento adequado e seleção de materiais não sustentáveis	Aumento do custo do projeto, recursos financeiros desperdiçados	Média	Médio	Médio	Estabelecer critérios claros para seleção de materiais sustentáveis e realizar análises de custo-benefício	Contratante
12	Impacto ambiental negativo devido ao uso de materiais poluentes	Falta de conscientização ou opções limitadas de materiais sustentáveis	Danos ao meio ambiente, incluindo poluição do ar e da água	Baixa	Alto	Médio	Realizar auditorias ambientais regulares e promover o uso de materiais alternativos mais ecológicos	Contratada
13	Rejeição pública devido à falta de práticas sustentáveis	Falta de transparência ou comunicação sobre as práticas sustentáveis adotadas	Redução da confiança do público, protestos ou boicotes	Média	Alto	Alto	Implementar uma estratégia de comunicação eficaz para destacar as práticas sustentáveis adotadas	Contratante
14	Escassez de materiais sustentáveis disponíveis no mercado	Limitações na disponibilidade ou custo de materiais sustentáveis	Atrasos na execução do projeto, aumento dos custos	Alta	Médio	Alto	Diversificar fontes de fornecimento e investir em pesquisa e desenvolvimento de materiais alternativos	Contratada

24. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 24.1. O Governo de Rondônia prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada a respeito deste ETP.
- 24.2. Considerando o Ocorrência 2.273/24 do Tribunal de Contas da União, sugerimos que este ETP não possa ser utilizado como anexo ou publicação ou pretenso Termo de Referência na observância de informações discordandos, que possa ocorrer, sobre o orçamento estimado.
- 24.3. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 24.4. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços devem observar as disposições contidas no art. 125 da Lei Federal 14.133/2021, sendo o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 25.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar não trata de aquisições de materiais isolados dentro das classes definidas na Tabela SINAPI/RO. Não há previsão de aquisições volumosas de materiais isolados, mas sim de uma diversificação considerável, de acordo com as demandas do DER-RO, levantado pela Coordenadoria de Logística, ressaltando, portanto, a vantajosidade da utilização da Tabela SINAPI.
- 25.2. Levando em conta o descrito no item anterior, não haverá prejuízos para a administração decorrentes das limitações da pesquisa de preços do IBGE, que não consideram altos volumes de compra.
- 25.3. A utilização da Tabela SINAPI é imprescindível para a elaboração do presente processo licitatório, tendo em vista o princípio da eficiência, a capacidade de gestão e a impossibilidade de listar todos os materiais que virão a ser demandados.

26. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

- 26.1. Após uma análise neste estudo preliminar, constatou-se que o objeto desta contratação é essencial para garantir a disponibilidade imediata dos itens necessários à execução de manutenções predial em diversos ambientes, incluindo as residências e usinas de asfalto. Essas manutenções não apenas asseguram o pronto atendimento em situações de urgência, como também desempenham um papel crucial na preservação e manutenção do patrimônio público. Portanto, diante das evidências apresentadas, declara-se plenamente viável a contratação em questão.

SÉRGIO ROBERTO SOARES DA SILVA  
Agente Atividades Administrativa

**MICHELLE ROBERTA SANTIAGO**  
Coordenadora de Logística - CLOG/DER



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Roberta Santiago Sobrinho, Coordenador(a)**, em 15/04/2025, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Roberto Soares da Silva, Técnico(a)**, em 15/04/2025, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058893610** e o código CRC **1A3AB628**.

Referência: Caso responda este(a) Estudo Técnico Preliminar, indicar expressamente o Processo nº 0009.004523/2024-21

SEI nº 0058893610